

# O TRABALHO E A RUA

## Crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80

**Ayrton Fausto**

**Ruben Cervini**

*Organizadores*





**FLACSO**

SEDE BRASIL 15º aniversário  
Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais

Conselho Editorial

*Alda Judith Alves-Mazzotti*

*Ayrton Fausto*

*Arno Vogel*

*Daniel Jorge Canó*

*Leopoldo Bartolomé*

*Luis Antônio Cunha*

*Marco Antonio da Silva Mello*

*(Coordenador do Programa  
Editorial)*



*“Os artigos deste texto expressam as opiniões dos seus autores e não necessariamente as do UNICEF, da FLACSO e da UNESCO.”*

## **O TRABALHO E A RUA:**

### **Crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80**

**Ayrton Fausto, Ruben Cervini (Org.)**

Programação visual e Capa (sobre fotos de Maurício Bacellar): Carlos Clémen

Preparação de Originais: Helder Garmes

Edição de texto: Adma F. Muhana

Revisão: Celso Duarte, Maria de Lourdes de Almeida, Rita de Cássia M. Lopes

Coordenação editorial: Danilo A. Q. Morales

#### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

O Trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80. — 2. ed. — São Paulo: Cortez, 1996.

Textos selecionados de estudos e pesquisas apoiados pela UNICEF, FLACSO.

ISBN 85-249-0305-8 (Cortez) ISBN 85-85140-02-X (FLACSO do Brasil)

1. Adolescentes - Brasil - Condições sociais 2. Brasil - Política social 3. Crianças - Brasil - Condições sociais 4. Menores - Trabalho - Brasil 5. Menores abandonados - Brasil I. UNICEF. II. Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais. III. UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura. IV. Crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80.

91-2545

CDD-362.70981

331.310981

#### **Índices para catálogo sistemático:**

1. Brasil: Adolescentes: Problemas sociais 362.70981
2. Brasil: Crianças: Problemas sociais 362.70981
3. Brasil: Meninos de rua: Problemas sociais 362.70981
4. Brasil: Menores: Trabalho: Economia 331.310981
5. Trabalho infantil e juvenil: Economia 331.310981

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou duplicada sem autorização expressa dos editores

© 1991 by UNICEF/FLACSO/UNESCO

Direitos para esta edição

CORTEZ EDITORA

Rua Bartira, 387 — Tel.: (011) 864-0111

05009-000 — São Paulo — SP

Impresso no Brasil — 1996

*“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, crueldade e opressão.”*

Constituição da República Federativa do Brasil, Art. 227, 5.10.1988

# Sumário

Prefácio .....	9
Introdução .....	15

## Capítulo 1

O menino trabalhador no Brasil urbano dos anos 80.....	17
--	----

*Ruben Cervini, Freda Burger*

## Capítulo 2

Pobreza, cor e trabalho infanto-juvenil. ....	47
---	----

I. As conseqüências da pobreza sobre a infância e a adolescência .....	48
--	----

*Ricardo Paes de Barros,  
Rosane S. Pinto de Mendonça*

II. Conseqüências de longo prazo do trabalho precoce.....	56
---	----

*Ricardo Paes de Barros, Eleonora Cruz Santos*

III. O papel da cor na inserção do menor no mercado de trabalho metropolitano brasileiro.....	62
---	----

*Ricardo Paes de Barros, Eleonora Cruz Santos*

## Capítulo 3

«Menores» institucionalizados e meninos de rua: os grandes temas de pesquisas na década de 80 .....	69
---	----

*Irene Rizzini, Irma Rizzini*

## Capítulo 4

Crianças de rua: um estudo das suas características demográficas .....	91
--	----

*Eduardo Juárez*

## Capítulo 5

Meninos de rua e meninos na rua:  
estrutura e dinâmica familiar .....117

*Alda Judith Alves-Mazzotti*

## Capítulo 6

Da casa à rua: a cidade como  
fascínio e descaminho .....133

*Arno Vogel, Marco Antonio da Silva Mello*

## Capítulo 7

A família contra a rua: uma análise  
psicossociológica da dinâmica familiar em  
condições de pobreza .....151

*Wilson Moura*

## Capítulo 8

A montanha e a pedra: os limites da política  
social brasileira e  
os problemas de infância e de juventude .....195

*Vilmar Faria*

## Anexo estatístico

O menino trabalhador no Brasil  
urbano dos anos 80 .....227

*Ruben Cervini, Freda Burger,  
Lucilene Dias Cordeiro*

# O MENINO TRABALHADOR NO BRASIL URBANO DOS ANOS 80

Ruben Cervini (*UNICEF*)  
Freda Burger (*IPEA*)



## Capítulo

### Índice

Introdução

- 1.** Esquema conceitual
- 2.** Informalização e pobreza no Brasil
- 3.** O trabalho infanto-juvenil
- 4.** A oferta do trabalho infanto-juvenil
- 5.** A demanda pelo trabalho infanto-juvenil

# Introdução

**D**m fins da década de setenta e início dos anos oitenta, a análise acadêmica e crítica do modelo político e econômico vigente, junto com os movimentos sociais que o questionavam, destacaram de forma recorrente suas diversas conseqüências sociais negativas. Entre elas, o problema dos “meninos de rua” aparecia como uma das expressões crescentes e mais nítidas dos níveis de pobreza e desigualdade social existentes no país. Sua visibilidade e aparente crescimento nas grandes cidades privilegiava este tema como de grande força simbólica, condensando uma ampla gama de fracassos das políticas sociais e econômicas que haviam dominado a década anterior.

Não obstante, o desenvolvimento deste debate e, paralelamente, a emergência de programas inovadores, tanto governamentais como não-governamentais, não foram acompanhados por uma produção ou análise de informações adequadas a tal fim. Pelo contrário, diversas informações foram divulgadas e aceitas como corretas, sem uma clara explicação de suas formas de produção. As que traziam esta explicação, na maioria das vezes, eram utilizadas de forma inadequada em relação aos conceitos que faziam parte dos discursos justificativos. Embora isto não tenha impedido que mudanças significativas fossem registradas na consciência da sociedade e nas diversas formas de intervenção programática, conduziu freqüentemente a algumas confusões conceituais sérias e ao conseqüente ocultamento de aspectos relevantes da realidade.

Talvez um dos aspectos mais afetados tenha sido o que diz respeito ao menino trabalhador nas áreas urbanas do país. A assimilação ou a confusão de diversas situações — meninos de rua, abandono infantil, pobreza, infração etc — transformaram-se, de certa forma, em um obstáculo para o tratamento mais adequado desta situação social de amplas dimensões.

Foi em meados da década de 80 que a exploração dos dados dos Censos e das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios — PNADs — sobre o trabalho infanto-juvenil abriu possibilidade para seu conhecimento mais sistemático. Nesta linha, a Fundação IBGE, por exemplo, começou a produzir e divulgar regularmente um conjunto de dados referentes às crianças e adolescentes trabalhadores, os quais permitem realizar comparações através do tempo, entre estratos sociais e diferentes regiões do país.

O objetivo deste capítulo é precisamente o de apresentar e analisar parte destas informações para a década de 80 sobre as características do trabalhador infanto-juvenil das áreas urbanas do país, de sua família e do trabalho que ele próprio realiza, com ênfase em duas grandes regiões metropolitanas: São Paulo e Recife.

A tarefa proposta é realizada com base em alguns critérios. Em primeiro lugar, são utilizados dados provenientes das PNADs e da Pesquisa Mensal de Emprego — PME — e disponíveis através das tabulações do

Sistema Nacional de Informações sobre a Criança e o Adolescente (SINCA) ou de processamentos especiais. Em segundo lugar, tenta-se apresentar um panorama o mais recente possível da situação (1988) e, ao mesmo tempo, reconstruir o que ocorreu durante a década através das informações deste período (1981 a 1988). Em terceiro, sempre que possível, a análise é conduzida através de três eixos básicos, o que permite uma melhor compreensão do problema: a faixa etária, a pobreza, e a formalidade/informalidade do mercado de trabalho.

- A análise é realizada através de duas faixas etárias: 10 a 14 e 15 a 17 anos, correspondendo a crianças e adolescentes, respectivamente. A eleição dessas faixas reflete mais um critério operacional prático — disponibilidade das informações agregadas nestes intervalos etários — do que a pretensão de dar uma resposta operacional adequada a questões teóricas mais substantivas, referentes aos papéis desempenhados por essas faixas etárias e aqueles esperados pelo conjunto da sociedade<sup>1</sup>.

- Foi escolhido o intervalo de até 1/2 salário-mínimo familiar *per capita* como limite superior para definição de população pobre<sup>2</sup>. Esta escolha reflete novamente a mesma limitação operacional anterior.

- Além da área urbana como um todo, foram analisados dados de duas grandes regiões metropolitanas — São Paulo e Recife — por representarem tipos urbanos bastante distintos, não apenas pelos níveis de pobreza, como pela informalização do mercado de trabalho. Enquanto em São Paulo predominam as re-

---

1. Constitui lugar comum a observação de que os limites etários que definem a infância e a adolescência têm um caráter histórico-social: eles mudam temporalmente e de sociedade para sociedade. Deve-se recordar que no Brasil o instrumento legal vigente nesta matéria define como criança “a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente entre doze e dezoito anos de idade” (Estatuto da Criança e do Adolescente, art. 2º). Mudam também os próprios conteúdos dessas categorias sociais, ou seja, os papéis desempenhados e socialmente aceitos para a infância têm sido distintos em tempos e em sociedades diferentes. Existe bastante consenso em relação ao fato de que lazer, brincadeiras e educação (socialização) são atividades próprias da infância na sociedade atual.

Por outro lado, o limite inferior de 10 anos de idade adotado neste trabalho deve-se ao fato de que as PNADs e a PME levantam informações sobre a atividade produtiva das pessoas de 10 anos e mais, não existindo, portanto, informações regulares a respeito de crianças abaixo dessa idade em relação a este assunto.

2. Diversos estudos realizados no país permitem concluir que, a níveis similares de salário-mínimo, não correspondem níveis similares de pobreza nas diferentes áreas geográficas ou cidades brasileiras. As diferenças nos custos de vida em cada área metropolitana são muito significativas. Desta forma, Rocha (1990) encontrou que enquanto 54% do salário-mínimo em Recife definia a linha de pobreza em 1986, em São Paulo esta era definida por 77%. Assim, no presente caso, as populações incluídas no intervalo de até menos de 1/2 salário-mínimo familiar *per capita* em São Paulo, devem ser, em média, mais pobres do que aquelas incluídas nesse intervalo na cidade de Recife. Portanto, a leitura comparativa dos dados de São Paulo e de Recife, por faixa de renda, deverá ser realizada com essa precaução.

Neste trabalho, a comparação dos indicadores entre 1981 e 1988 segundo o rendimento familiar *per capita* tem por objetivo destacar as diferenças mais marcantes observadas na década; mas esta deve ser aceita com reservas pelos problemas de comparabilidade de renda que surgem em contextos inflacionários elevados, qualquer que seja o deflator utilizado. Adicionalmente, a PNAD-1981 levantou as informações sobre renda imediatamente após um reajuste de salário-mínimo. Portanto, esta PNAD pode estar subestimando a proporção de pobres e, na comparação com outro ano, conduzir à idéia de aumento excessivo na pobreza em relação a esse ano.

lações formalizadas, em Recife o mercado de trabalho é mais informalizado<sup>3</sup>.

As informações organizadas com base nesses critérios e que são objeto da análise deste capítulo encontram-se nas tabelas do Anexo Estatístico ao final desta publicação.

Este capítulo encontra-se organizado da seguinte forma. Em primeiro lugar, apresenta-se um esquema conceitual orientado para destacar os fatores do trabalho infanto-juvenil, o que permite simultaneamente organizar a exposição subsequente. Em segundo lugar, realiza-se uma análise do contexto urbano ao longo de dois eixos especialmente relevantes para o trabalho infanto-juvenil: a pobreza e a informalidade do trabalho. O terceiro tópico apresenta a evolução e a intensidade do trabalho infanto-juvenil durante a década. Finalmente, apresentam-se os principais fatores que incidem no trabalho das crianças e adolescentes, tanto do ponto de vista da oferta (tópico 4) quanto da demanda (tópico 5).

# 1. Esquema conceitual

**D**iversos trabalhos têm abordado o tema dos fatores que levam determinadas crianças à incorporação precoce no mercado de trabalho. É bastante aceita a idéia de que as dimensões, as condições e o conteúdo do trabalho infantil dependem de duas ordens de macrofatores (ver Diagrama a seguir):

- a pobreza, que obriga as famílias a adotar formas de comportamento que incluem a oferta de mão-de-obra dos filhos menores de idade;
- a estrutura do mercado de trabalho, que oferece espaços apropriados à incorporação desse contingente específico de mão-de-obra.

Estes dois conjuntos de fatores operam através das preferências e dos comportamentos de duas unidades básicas de decisão: a família e a empresa. Esta última é entendida em um sentido amplo, mais apropriado às condições peculiares de mercados heterogêneos; assim, em mercados informalizados, empresa significa, mais freqüentemente, a família ou a própria criança, por exemplo, o trabalho autônomo.

Entretanto, as decisões das famílias ou das empresas são o resultado do efeito combinado daqueles macro-fatores (pobreza e mercado de trabalho) com o sistema geral de valores dominante na sociedade, que fundamenta preferências e comportamentos; com as condições de oferta de determinados bens e serviços

sociais e com a regulamentação e controle por parte do Estado e da sociedade civil.

Assim como existe um sistema de legitimação para a manutenção e a reprodução da estrutura social mais geral, da qual a pobreza e a estrutura ocupacional fazem parte, existe também um sistema simbólico que legitima e regula as relações entre as crianças e a ordem social mais geral. As ideologias do trabalho, da educação e do lazer, bem como o modo como a criança é vista em relação a estas atividades, devem ser destacadas como exemplos relevantes de valores próprios desse sistema. Todavia, pode-se afirmar que todos esses valores estão organizados através da “construção social de uma hierarquia etária” (Elson, 1982), a qual legitima as relações desiguais entre adultos e crianças (relação de poder) e impede a autonomia das faixas etárias subordinadas (infância e adolescência), definindo quais são suas necessidades.

Este sistema simbólico conforma as “estruturas de preferência”, penetrando nos processos de decisão tanto das famílias quanto das unidades de produção. Assim, por exemplo, do lado das famílias, tal sistema legitima as opções por parte dos adultos entre as necessidades presentes da família e o bem-estar futuro da criança, isto é, a opção pelo trabalho (e não pela educação), com base em uma avaliação “adulta” dos futuros retornos da educação; ou também a opção por determinadas ocupações em detrimento de outras. Ao lado da empresa legitima-se, por exemplo, o baixo salário pago à criança, por seu caráter “complementar” ao rendimento do adulto.

Finalmente, as características dos serviços sociais disponíveis é outra dimensão que influi na inserção das crianças e dos adolescentes no mercado de trabalho. Acessibilidade, qualidade e custos da educação parecem influir no rumo da principal decisão da família: escola ou trabalho. Pelo lado da demanda, a capacidade reguladora (normas jurídicas sobre limitações e condições do trabalho infantil) e de controle (fiscalização da aplicação efetiva dessas normas) são fatores que ajudam a modelar o comportamento das empresas e do mercado em geral.

Assim, a saída de crianças rumo ao mercado de trabalho é produto de uma decisão “familiar”, na qual os adultos têm um peso maior. As distintas formas pelas quais as famílias, principalmente as pobres, enfrentam as condições objetivas de existência, definindo “quem e quando participa das atividades de produção de valores de uso e de produção no mercado” (Montali, 1990), estão ligadas tanto à posição que estas ocupam na estrutura social quanto ao sistema simbólico e às condições de acesso aos serviços públicos.

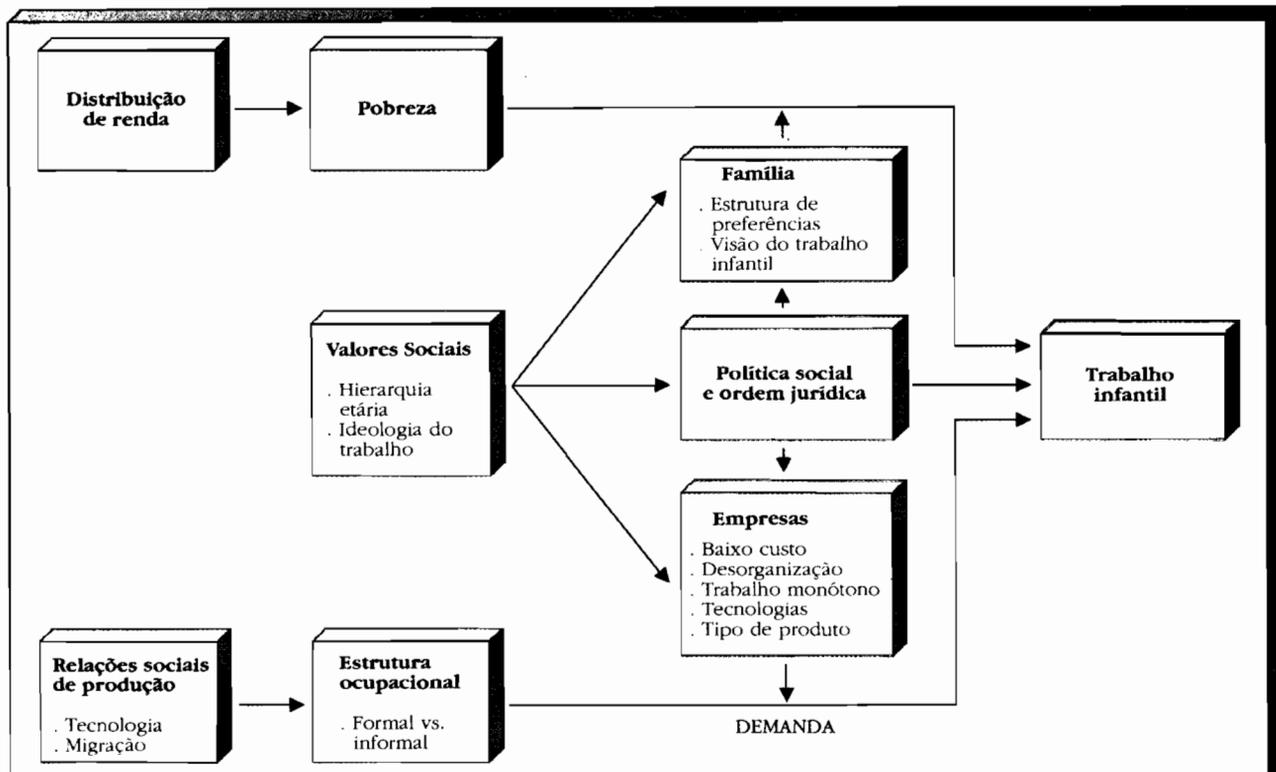
No outro extremo, a demanda ou a incorporação efetiva do trabalho infantil nas empresas ou em determinados espaços do mercado de trabalho reflete não apenas as qualificações dessa força de trabalho para realizar determinadas tarefas em contextos tecnológicos específicos, mas também as conseqüências vantajosas que certos valores ou formas de intervenção ou omissão estatal acarretam para a empresa. Desta forma, as possibilidades de incorporação efetiva ao trabalho estão vinculadas, por um lado, ao baixo custo e à docilidade reivindicativa e política desta mão-de-obra peculiar e, por outro, as suas características biológicas, que a tornam mais apropriada para determinadas tarefas em contextos tecnológicos específicos.

3. São Paulo é o pólo de maior desenvolvimento e industrialização do país. Em 1988, 33% da PEA se localizava na indústria de transformação, enquanto em Recife esse ramo de atividade ocupava 14%. A distribuição dos ocupados em ambas as cidades, segundo a posição na ocupação, permite que se tenha uma idéia precisa das diferenças na informalização de ambos os mercados.

S. Paulo — empregados com carteira: 62%; empregados sem carteira: 18%; conta própria: 15%; Recife — empregados com carteira: 49%; empregados sem carteira 24%; conta própria: 23%.

## Diagrama

### Trabalho infantil: esquema conceitual



É importante indicar que o modelo conceitual apresentado no Diagrama refere-se especialmente às crianças, embora o presente trabalho aborde também a população adolescente (15 a 17 anos); para esta população, o modelo só se aplica parcialmente. Deve-se considerar, para estes, a força crescente que tem a "liberdade de escolha" e, portanto, outros fatores começam a ter maior peso. Os níveis de rendimento dos adolescentes, por exemplo, deverão ter um papel mais relevante na explicação das variações na participação no mercado de trabalho.

## 2. Informalização e pobreza no Brasil

### 2.1. Os conceitos

**A**mérica Latina, e o Brasil como parte dela, tem se caracterizado por sua estrutura produtiva heterogênea, com amplo contingente de sua força de trabalho realizando atividades informais. Essa força de trabalho, considerada "excedente", na medida em que não encontra espaço para incorporar-se ao setor moderno da economia, insere-se em ocupações geradas através de pequenas unidades de produção. Estas, com pouca ou nenhuma dotação de capital físico e humano, dedi-

cam-se a atividades com facilidade de acesso ao setor e têm requerimentos organizacionais simples. Desta forma, elas podem usar o rendimento médio como variável de ajuste e reagir assim com agilidade às mudanças no mercado de trabalho.

A origem deste excedente de mão-de-obra está nas características do capitalismo periférico e na dinâmica do crescimento populacional. A incorporação tardia da região ao processo de industrialização capitalista conduziu à incorporação de tecnologias importadas, adequadas aos seus países de origem em termos de escassez relativa de fatores, mas que produziram distorções nos países latino-americanos. O emprego que estas tecnologias geraram não foi suficiente para absorver a mão-de-obra. Essa insuficiência foi agravada pela impossibilidade de expandir o setor por causa de restrições na demanda, devido à distribuição desigual de ativos e renda na região.

Adicionalmente, a dinâmica de crescimento populacional e a intensificação das migrações internas aumentaram ainda mais o excedente pelo lado da oferta. Incrementos significativos e acelerados na oferta e restrições na demanda criaram um excedente permanente de força de trabalho, que deveria ocupar-se em atividades de menor produtividade — o setor informal.

Completando este quadro, temos a pobreza, entendida como dificuldade ou impossibilidade de acesso aos bens e serviços considerados como básicos por uma sociedade em um determinado tempo. Sua magnitude e transformação tem a ver: com o perfil da distribuição de ativos e, conseqüentemente, de renda; com o nível médio de renda real; com o desemprego e o subemprego, este último entendido como a combinação entre baixa educação e baixa remuneração.

Embora estejam profundamente interligadas, a pobreza e a informalização não devem ser confundidas. Dada a heterogeneidade da renda dentro do setor informal, este não pode ser considerado como sinônimo de pobreza. Pelo contrário, evidências empíricas indicam que é possível que os aumentos nos níveis de pobreza não estejam associados a aumentos na informalização, e que segmentos do setor informal, comparáveis ao setor formal em níveis de educação, estejam situados em faixas de rendimento superiores às do setor formal<sup>4</sup>.

## 2.2. A formalização/informalização do trabalho urbano no Brasil

Durante o período de 1960/80, e ao contrário dos demais países da América Latina, o Brasil parece ter experimentado um processo de industrialização sem terciarização, ou seja, a População Economicamente Ativa — PEA — em serviços aumentou menos que a PEA em produção de bens não-agrícolas no setor urbano. Paralelamente, a produtividade em serviços foi maior do que na indústria, configurando um padrão muito particular de industrialização sem terciarização espúria e com informalização decrescente (PREALC/OIT, 1986).

Mas, observando este período, mais particularmente a década de 70, vê-se que, embora o padrão de formalização da economia tenha se mantido com a tendência crescente observada na década anterior, existiram algumas mudanças dignas de destaque (Tabela 1\*): a) a formalização continuou crescendo no setor de serviços e não na indústria; b) existiu um claro processo de terciarização do setor informal; c) dentro do setor de serviços, o maior crescimento relativo pertenceu ao informal (Índice 1970=100: setor formal=206; setor informal=210); d) verificou-se um claro aumento dos serviços pessoais, tanto formais quanto informais, e uma queda em comércio e transportes (Tabela 2); e) a informalidade nos serviços, não obstante, concentrou-se em 1980 em comércio e transporte. Em resumo, o processo de formalização crescente, baseado na geração de empregos na indústria, alcançou seu ápice ao final da década de 60 e, a partir daí, foi o setor de serviços que passou a comandar a formalização e a informalização.

Já na primeira metade da década de 80 acentuou-se a tendência de informalização da força de trabalho<sup>5</sup>, impulsionada pela crise do período 1981/83. Tanto o

setor secundário quanto o terciário apresentaram um ritmo de crescimento maior no setor informal; mais acentuado, todavia, no secundário. Após a crise, o setor terciário recuperou sua tendência de formalização, enquanto no secundário o formal e o informal cresceram equilibradamente (Arias, 1989). Como consequência da recuperação da formalização durante o período posterior ao da crise de 1981/83, o balanço final do período 1981/88 não é de um nítido processo de informalização do mercado de trabalho (Tabela 3).

Mais especificamente, parece ter havido uma transformação no interior do setor informal urbano. Se se observam os dados da Tabela 4 para as áreas metropolitanas de Recife e de São Paulo, além das conclusões anteriores sobre o comportamento cíclico e sobre o balanço final equilibrado para o período, outras conclusões podem ser extraídas: os mais afetados pela segunda crise (1986/88) não foram os assalariados com carteira, que continuaram crescendo acima da média da ocupação (São Paulo = 4,22; Recife = 3,37), mas sim os sem carteira, que experimentaram crescimento negativo, a expensas de uma aceleração no crescimento dos conta própria (6,92 e 5,93 respectivamente). Em consequência, o que parece caracterizar a dinâmica do mercado de trabalho (formal/informal) durante todo o período, é o fato de o trabalho autônomo ter mantido um crescimento maior que o dos demais.

Por outro lado, esse processo se deu com a aceleração do crescimento da ocupação em relação ao produto e com uma queda notável da produtividade média nos setores secundário e terciário e, em particular, do comércio (Arias, 1989). Isto põe em relevo o fato de que a dinâmica do mercado de trabalho durante a década de 80 possuiu características bem diferentes das da década de 70.

## 2.3. A pobreza urbana no Brasil

Durante os anos 70, a desigualdade na distribuição de renda da PEA aumentou, embora menos do que na década anterior e, ao mesmo tempo, verificou-se um grande crescimento no rendimento médio e uma queda substancial na pobreza absoluta da PEA. Mas quando se analisa a distribuição de renda entre as famílias, observa-se que a desigualdade teve uma queda significativa na década e que houve também uma redução substancial no nível de pobreza absoluta<sup>6</sup>. A explicação mais plausível para essas diferenças no comportamento da desigualdade de distribuição de renda é o impacto da in-

4. No Brasil, no ano de 1980, a renda média mensal do trabalhador conta própria em relação ao assalariado, ambos com 0-3 anos de estudos, era 5% superior (CEPAL, 1988). Por sua vez a maior parte do "subemprego" se encontrava, segundo a CEPAL, no setor formal. Além disso, enquanto 27,9% dos assalariados (setor formal) de São Paulo, em 1985, encontrava-se em lares acima da linha de pobreza, essa percentagem subia para 31,9% entre os conta própria (informal). Finalmente, entre 1982 e 1985, enquanto a proporção de famílias pobres aumentava 1,3 pontos percentuais, a de lares no setor informal diminuía em 0,8 pontos, mostrando a independência possível entre ambos os fenômenos.

\* Esta tabela e as demais citadas neste Capítulo encontram-se no Anexo Estatístico ao final desta publicação.

5. O conceito de informalidade aqui usado não se refere nem ao nível de ingresso, nem à legalidade ou clandestinidade da atividade, mas sim às condições da unidade produtiva onde o trabalhador se insere (Tokman, 1987). Não obstante, a medição direta não pode ser realizada com facilidade. Ao longo deste trabalho será utilizada como *proxy* a proporção de assalariados sem carteira assinada, os trabalhadores por conta própria e os sem remuneração, dependendo da disponibilidade de informação.

6. Os estudos mais relevantes sobre a evolução da pobreza durante a década concordam em que houve uma redução da mesma [ver Pfeffermann & Webb, (1983) e Denslow & Tyler, (1983), assim como suas referências bibliográficas]. O crescimento do rendimento médio por pessoa ativa foi estimado em 80%, sendo que o índice de Gini passou de 0,604 em 1970 para 0,624 em 1980, e a pobreza na PEA foi reduzida em um terço. Já o índice de Gini para a distribuição das famílias segundo seu rendimento familiar passou de 0,608 para 0,597 (Hoffmann, 1984).

corporação ao mercado de trabalho das mulheres, especialmente "cônjuges", e das crianças, cujos rendimentos seriam somados ao rendimento familiar, encurtando as distâncias entre os diferentes intervalos de renda.

A década de 80 se caracterizou por uma queda acentuada dos rendimentos médios reais até 1984 e a partir daí observou-se uma significativa recuperação, embora seus valores em 1988 ainda fossem inferiores aos de 1981, início da crise (Hoffmann, 1990).

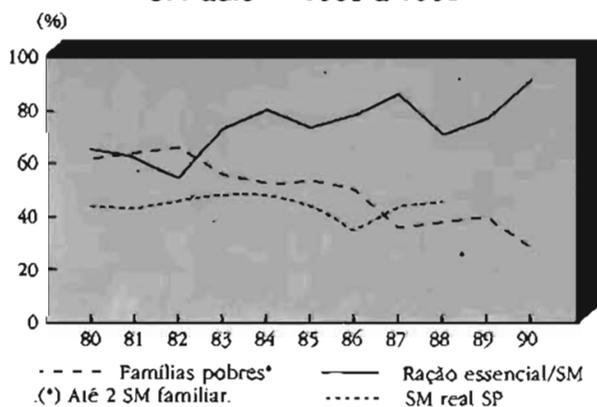
Paralelamente, a desigualdade na distribuição de renda foi relativamente estável até 1986, tanto para a PEA quanto para as famílias, quando ocorreu uma nítida tendência de crescimento (Hoffmann, 1990; Bonelli & Sedlacek, 1989). A proporção de famílias pobres acompanhou a evolução dos rendimentos, aumentando até 1984 e registrando uma queda momentânea, quando retomou a mesma tendência anterior de crescimento. Conseqüentemente, no ano de 1988, o nível de pobreza observado para o país era superior ao do início da década<sup>7</sup>.

A evolução do salário mínimo real durante a década refletiu de forma mais dramática o comportamento observado para os demais rendimentos, atingindo em 1990 a metade do valor de 1980 (Tabela 5, Gráfico 1). O comportamento deste indicador, por uma parte, e a percentagem de gasto do salário-mínimo com a ração essencial, por outra, indicam com bastante clareza a tendência de empobrecimento observada na década.

Finalmente, observou-se que embora a taxa de atividade das mulheres tenha continuado a aumentar constantemente durante a década, passando de 33,7% em 1981 para 40,0% em 1989, não produziu o efeito de suavizar o agravamento da pobreza, como ocorreu durante a década anterior<sup>8</sup>.

Gráfico 1

Salário mínimo real, ração/salário e pobreza. S. Paulo — 1980 a 1990



7. A leitura dos dados deve levar em conta as observações referidas na nota 2.

8. Alguns estudos têm indicado que a incorporação da mulher ao mercado de trabalho tem tido um impacto negativo sobre a desigualdade na distribuição geral da renda, devido ao fato de que a desigualdade desta entre as mulheres é maior do que entre a dos homens (Paes de Barros & Mendonça, 1989).

### 3. O trabalho infanto-juvenil

**D**urante a década de 70 verificou-se uma intensificação na incorporação da força de trabalho infantil nas áreas urbanas do país. Nesse período, momentos de auge e de crises econômicas foram acompanhados por aumentos na desigualdade de renda da PEA e pela aceleração do processo de urbanização.

A incorporação dos diversos componentes familiares à força de trabalho, especialmente mulheres, crianças e adolescentes, constituiu-se numa forma de compensar os efeitos perversos, no interior da família, do agravamento do perfil de distribuição de renda da PEA, impedindo que se detectasse qualquer empobrecimento familiar durante a década.

Na tabela a seguir pode-se observar como durante a década de 70 estes dois últimos segmentos populacionais — crianças e adolescentes — cresceram mais rapidamente que o conjunto da PEA, fato que se reflete numa maior participação na força de trabalho<sup>9</sup>.

Taxas de crescimento decenal da PEA, de participação e de atividade da população de 10 a 19 anos, por faixas etárias Brasil Urbano — 1970 e 1980

	(%)				
Taxa de crescimento decenal	-	-	110.1	91.5	85.0
Taxa de participação na PEA*	2.4	13.5	2.9	14.2	-
Taxa de atividade**	6.1	37.3	9.7	46.7	-

Fonte: FIBGE/Censos Demográficos de 1970 e 1980.

(\*)PEA nas faixas etárias/PEA total.

(\*\*)PEA nas faixas etárias/população nas faixas etárias.

Nos anos 80, contrariamente à década anterior, experimentou-se um decréscimo constante na proporção da faixa etária de 10 a 17 anos no conjunto da PEA (taxa de participação). Isto refletiu sobretudo mudanças demográficas, já observadas em fins dos anos 70, e

9. A diferença entre as taxas de atividade em 1970 e 1980 deve ser, não obstante, bastante menor que a observada na tabela, dado que o Censo de 1970 subenumerou a força de trabalho infanto-juvenil em comparação ao Censo de 1980, já que este último enfatizou mais o levantamento da situação de atividade, restringindo as situações de inatividade (Ribeiro, 1988).

que se expressaram através de quedas nas taxas de fecundidade e no crescimento populacional. O crescimento desta parcela da PEA dá-se em ritmo muito mais lento do que para o conjunto da PEA durante o período, na área urbana como um todo e também em mercados específicos como São Paulo e Recife (Tabela 6).

Entretanto, os fluxos de entrada e de saída do mercado de trabalho viram-se afetados por diferentes conjunturas sócio-econômicas (crise e recuperação), mas de forma diferenciada para cada faixa etária e para cada contexto urbano. Em geral, o contingente de crianças e adolescentes economicamente ativos é mais afetado negativamente nas crises ou na desaceleração econômica do que o conjunto da PEA (períodos de 1981/84 e 1986/88) mas, ao mesmo tempo, essa parcela é a que mais rapidamente reage às condições favoráveis do mercado (1984/86). É interessante observar, por outro lado, que as crianças foram menos afetadas que os adolescentes na crise do início da década, enquanto, no período posterior a 1986 foram os adolescentes os menos afetados em seu ritmo de incorporação à PEA.

Observaram-se também comportamentos diferentes, de acordo com as condições de mercado durante essa década, sobretudo no período posterior a 1984. Em São Paulo, o crescimento da PEA infantil (3,40%) foi menor que o da total (4,10%), enquanto em mercados mais informalizados, como Recife, a PEA infanto-juvenil indicou uma tendência de crescimento mais acelerado, especialmente na faixa dos adolescentes (7,19%) do que na PEA total (4,59%) naquele ano.

Ao mesmo tempo que a taxa de atividade das crianças e dos adolescentes tem acompanhado também os ciclos econômicos, não se pode afirmar que, ao contrário do ocorrido com a taxa de participação e com o volume da mão-de-obra infantil, ela tenha sofrido uma queda no período. Pelo contrário, os dados da Tabela 7 indicam que até o final da década os níveis dessa participação eram iguais ou mesmo levemente superiores no conjunto das áreas urbanas do país.

A estabilidade das taxas de atividades das crianças e dos adolescentes durante a década de 80, período de nítido empobrecimento da população e das famílias, questiona a hipótese de uma estreita relação entre ambas as variáveis. Essas taxas parecem ter atingido um patamar persistente refletindo, em primeiro lugar, a tendência à estagnação ou, ainda, ao crescimento negativo da economia nesse período. Mas, por outro lado, na medida em que essas taxas refletem muito parcialmente a extensão real da força de trabalho infanto-juvenil, a aparente estabilidade pode estar ocultando algumas mudanças ocorridas durante a década.

Nesse sentido, o trabalho infanto-juvenil pode ter crescido em maior proporção no setor informal não registrado pelas PNADs, como resposta ao aumento da pobreza familiar. São indícios desse processo algumas constatações a serem tratadas mais adiante, tais como o aumento do setor informal, especialmente em cidades como Recife (ver tópico 5) e a relativa estabilidade das taxas de frequência à escola da faixa etária de 10 a 14 anos (tópico 4), o que descartaria a hipótese de uma tendência à substituição do trabalho pela escola nesse período.

### 3.1. Quem e o quanto trabalha

Em 1988 a taxa de atividade das crianças urbanas era de 12,1%, enquanto a dos adolescentes ascendia a 46,8% (Tabela 7), o que significava contingentes aproximados de 1360 e de 2960 pessoas em cada uma dessas faixas etárias, respectivamente.

Esse trabalho infanto-juvenil do país caracteriza-se por algumas peculiaridades. Em primeiro lugar, a taxa de atividade é função crescente da idade, sendo que a partir de algumas faixas etárias verifica-se uma aceleração em seus níveis. Portanto, as crianças de 10 a 14 anos apresentam taxas bem menores do que as dos adolescentes, qualquer que seja o contexto urbano. É claro que essas taxas subestimam o trabalho real das crianças, devido a problemas de medição. É bem possível, também, que os erros de omissão não sejam similares nos diferentes contextos urbanos, podendo-se levantar a hipótese de que sejam muito superiores nas áreas mais informalizadas e pobres (Painel 1).

Em segundo lugar, enquanto as taxas de atividade das crianças são relativamente similares em diferentes contextos urbanos (ao redor de 8,0%), as taxas dos adolescentes variam fortemente. Desse modo, enquanto em São Paulo a taxa média de atividade dos adolescentes foi de 52,4% no período 1981/88, a de Recife se situou num patamar de 29,0%.

Deixando de lado o possível efeito das diferenças nos erros de omissão, em consequência das peculiaridades de cada mercado, é plausível aceitar que os níveis de atividade de ambos os tipos de mercado possam explicar grande parte dessas diferenças (ver Capítulo 2 desta publicação). Em outras palavras, os distintos fatores que determinam a entrada do adolescente no mercado de trabalho se dão com intensidade e forma diferenciadas, em cada contexto da heterogênea estrutura urbana brasileira. Portanto, não podem ser feitas inferências únicas e válidas para os diferentes contextos urbanos.

Em terceiro lugar, os níveis de incorporação ao mercado de trabalho são bastante diferentes quando analisados por gênero. Observa-se que em geral os meninos trabalham mais do que as meninas. Para o conjunto das áreas urbanas, as mulheres, tanto crianças como adolescentes, trabalham cerca de 40% menos que os homens. Isso leva a supor que pouco menos de 2/3 da PEA infanto-juvenil seja do gênero masculino (Tabela 8).

Mesmo que o padrão se mantenha, essas diferenças variam de acordo com cada contexto metropolitano. Em Recife, por exemplo, as diferenças entre gênero para as crianças apresentam-se mais exacerbadas (60%), enquanto em São Paulo as diferenças para adolescentes caem notavelmente (cerca de 30%). O primeiro reflete a menor oportunidade de incorporação da criança do sexo feminino ao mercado de trabalho mais informalizado — que envolve mais trabalho de rua — e sua maior utilização como mão-de-obra doméstica. O segundo, maiores oportunidades de emprego — tipo de ocupação — e maior atividade e homogeneidade de salários para a adolescente do sexo feminino.

# Medição do trabalho infantil

O dimensionamento do trabalho infantil constitui uma área muito controversa. A maioria dos autores tende a concordar que existe uma alta subenumeração do trabalho infantil quando medida através das pesquisas tradicionais de mão-de-obra. Essa perspectiva é assumida não apenas no Brasil, mas também em numerosos trabalhos realizados em vários outros países.

O primeiro problema surge com o uso do indicador clássico — “trabalho” na semana de referência — para as crianças. Existe uma grande diferença, condicionada pela síndrome de valores sociais, entre o que significa trabalho para o adulto e para a criança. Um mesmo tipo de atividade, quando realizado por um adulto, pode ser considerado como trabalho, enquanto no caso de uma criança, existe uma predisposição em considerá-lo como “ajuda”. A existência de leis que proíbem o trabalho infantil — bem como o seu conhecimento mais ou menos difuso — e o caráter intermitente desse trabalho reforçam esta inclinação, inibindo os declarantes a considerar as atividades das crianças como “trabalho”.

Supõe-se, também, que uma parcela não desprezível do trabalho infantil desenvolvido sobretudo no setor informal é, além de intermitente, tão difusa e heterogênea que não pode ser apreendida pelo quesito clássico sobre o trabalho. Também escapa a esta medição uma parcela significativa daquelas crianças que não “procuram” trabalho, mas entram no mercado através de outros mecanismos.

Em segundo lugar, o levantamento de informações sobre trabalho se aplica à população de 10 anos e mais, deixando de fora uma parcela bastante relevante da infância potencialmente trabalhadora. Em consequência, não é possível conhecer as taxas de atividade das crianças menores de 10 anos através das pesquisas tradicionais nessa área.

O impacto que estes fatores combinados possuem, potencialmente, sobre as estimativas da taxa de atividade das crianças, freqüentemente tem levado a rechaçar sua validade ou a afirmar que ela se refere apenas a uma parcela de um fenômeno social muito mais extenso (Ribeiro, 1988). Portanto, é necessário fazer algumas considerações sobre este indicador no Brasil. Uma revisão do conceito de trabalho infantil e do uso de indicadores e pesquisas alternativas pode trazer alguns elementos novos para esta área.

Em primeiro lugar, se trabalho infantil é

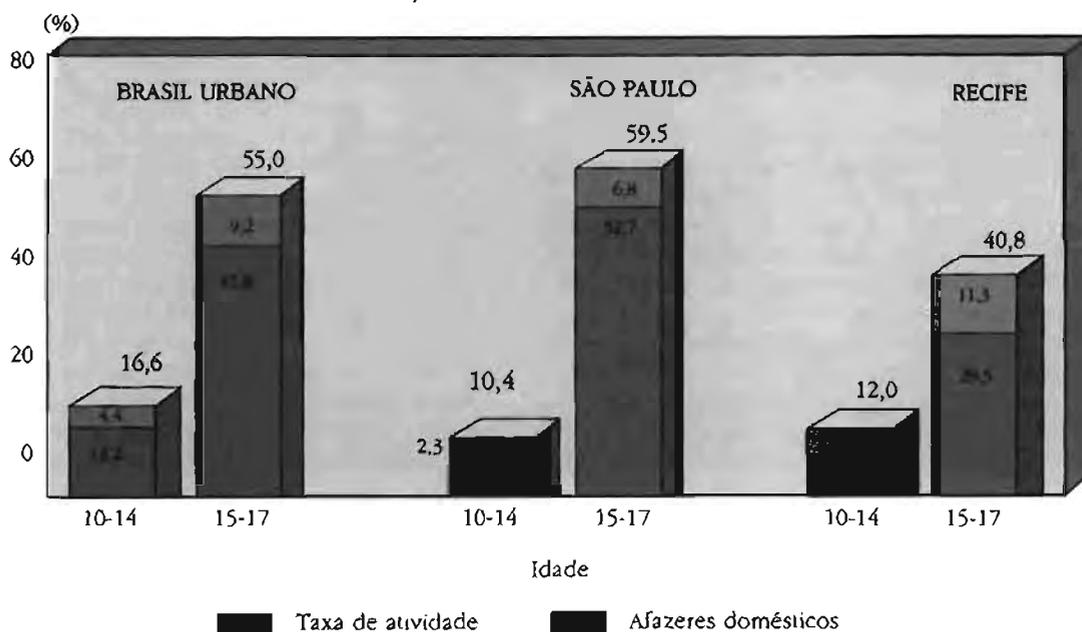
aquela atividade que compromete o desenvolvimento da criança, especialmente o seu direito a aprender e a freqüentar a escola (Fyfe, 1989), algumas situações não consideradas normalmente nas taxas de atividade dos adultos deveriam ser incluídas na medição do trabalho infantil. Entre elas, a de “trabalho doméstico exclusivo” — sem freqüência à escola — talvez seja a mais relevante. Adicionando essa atividade à taxa tradicional, obtém-se uma medição mais completa: taxa ampla. Desta forma, a extensão do trabalho infantil na década de 80 passa de 12,2% para 16,6% entre as crianças de 10 a 14 anos da área urbana (Tabela 9, Gráfico 2).

A inclusão do “trabalho doméstico exclusivo” tem um impacto relevante sobre as estimativas de atividade em cada contexto urbano. Por exemplo, a relação entre as intensidades do trabalho infantil, comparando São Paulo com Recife, se inverte. Na realidade, em contextos mais pobres, a criança é muito explorada através desta forma de atividade mais oculta e socialmente aceitável, sem que, no entanto, seja considerada “trabalho”.

Em segundo lugar, existe uma parcela da população infanto-juvenil que é percebida como não tendo nenhuma atividade produtiva e que, simultaneamente, está excluída do sistema escolar. Durante a década de 80, 3% em média das crianças e adolescentes das áreas urbanas do país se encontravam nesta situação, sendo que em algumas cidades, como Recife, esse valor ascendeu a 4,6% para as crianças e 5,6% para os adolescentes. Deve ser aceita com reserva qualquer inferência em relação a este segmento da infância, na medida em que sua composição pode ser bastante heterogênea, compreendendo situações das mais diversas. Pode-se, entretanto, levantar a hipótese de que uma parcela dela está realizando atividades direta ou indiretamente produtivas, que não são assim percebidas pelas próprias famílias. Em todo o caso, elas representam também um dos indícios sociais mais freqüentes de exclusão do sistema educacional e de futura incorporação precoce ao mercado de trabalho, em condições francamente desfavoráveis. Uma indicação nesse sentido seria a de que essa situação é muito mais freqüente entre as populações mais pobres. Em 1988, 8,4% e 6,6% dos filhos de 10 a 17 anos nas famílias com 1/2 salário-mínimo familiar *per capita*, de São Paulo e Recife, respectivamente, foram percebidos como não realizando qualquer atividade.

Gráfico 2

Taxa média de atividade ampla\* de crianças e adolescentes  
Brasil Urbano, S. Paulo e Recife — 1981-1989



(\*) Taxa de atividade + afazeres domésticos exclusivamente.

Em terceiro lugar, é possível comparar os resultados obtidos através do quesito tradicional e de outras formas alternativas. O Suplemento da PNAD-85 pesquisou características da situação de trabalho infantil através de dois quesitos não convencionais na área, um para as crianças de 7 a 14 e outro para as de 5 a 9 anos de idade<sup>1</sup>.

• Com base no primeiro quesito, obteve-se uma taxa de atividade das crianças de 10 a 14 anos um pouco superior àquela baseada na medição tradicional (Tabela 10). Não obstante, ambas as taxas são bastante similares se se levar em consideração que, neste caso, não está excluído o trabalho não-remunerado, inferior a 15

horas semanais, o que é feito normalmente com o indicador tradicional. Em São Paulo, 11,7% das crianças nessa faixa etária executavam serviços, enquanto em Recife essa taxa era um pouco menor (10,0%). Nessa estimativa não está incluído "afazeres domésticos exclusivo", o que explica a maior incidência aparente do trabalho infantil em São Paulo. Por outro lado, se à taxa tradicional somar-se "afazeres domésticos exclusivo", este resultado se situa em patamar superior ao novo indicador (12,8%).

O quesito, quando aplicado à população de 7 a 9 anos, permitiu também obter, pela primeira vez, uma estimativa do trabalho infantil dessa faixa etária nas áreas metropolitanas. Os dados são consistentes como os encontrados por diversas pesquisas: verifica-se uma queda na taxa de atividade quando comparada à faixa de 10 a 14 anos, sendo que em Recife continuam a verificar-se os mais altos níveis de trabalho infantil (4,3%, São Paulo, 2,3%).

Apesar de não se ter uma estimativa específica para as crianças de 7 a 9 anos ocupadas em "afazeres domésticos", a comparação entre a taxa de afazeres domésticos para as de 7 a 14 anos e a estimativa do indicador tradicional para a faixa

1. O questionário da PNAD-85 interrogou sobre o trabalho infantil da seguinte forma:

• Para as crianças de 7 a 14 anos: foi perguntado se "normalmente executa algum tipo de serviço?". Também foi incluída uma pergunta em separado sobre afazeres domésticos: "Ajuda normalmente nos afazeres domésticos?". Estes dois quesitos não são mutuamente excludentes, o que não permite somar os resultados para obter uma taxa ampla de atividade. Adicionalmente, não se dispôs de informação sobre afazeres domésticos desagregada para cada sub-faixa etária. Assim, não foi possível dimensionar o total de trabalho e afazeres domésticos para cada uma delas.

• Para as crianças de 5 a 9 anos: foi perguntado se "faz alguma tarefa ou serviço (inclusive doméstico)?" e "que tipo de tarefa ou serviço realiza (remunerado — não-remunerado/doméstico)?"'. Aqui, portanto, trabalho e afazeres domésticos são dimensionados separadamente.

de 10 a 14 anos, sugere que esta situação é tão ou mais freqüente entre as crianças de 7 a 9 anos. Isto levaria a concluir que o tipo de trabalho mais usual nessa faixa etária é o de "afazeres domésticos", tendo como consequência a liberação potencial da mão-de-obra adulta, e que a taxa ampla de atividade seria, no mínimo, o dobro da taxa tradicional.

- A segunda pergunta permitiu produzir outra estimativa do trabalho infantil entre as crianças de 7 a 9 anos. As taxas de atividade assim obtidas são praticamente iguais aos resultados do quesito anterior (2,2% e 4,0% para São Paulo e Recife, respectivamente). Este indicador, por sua vez, permitiu dispor da estimativa em separado da dedicação exclusiva a afazeres domésticos. Observa-se que, de acordo com o previsto no indicador anterior, o "trabalho doméstico exclusivo" é tão ou mais freqüente que outras formas de trabalho nessa faixa etária. É importante observar que quando essa atividade é somada ao trabalho, atingem-se taxas que, em alguns contextos, como Recife (8,4%), são

significativamente altas e se aproximam das taxas da faixa etária superior.

Os dados apresentados permitem concluir que não existem grandes diferenças nas estimativas obtidas através dos diversos quesitos. A hipótese de altos níveis de subenumeração do trabalho infantil, devido à forma específica de construção do indicador (corpo básico da PNAD), não pôde ser provada. Fica em aberto, não obstante, a crítica ao uso deste tipo de pesquisa em geral como fonte confiável para estimar o trabalho infantil.

Finalmente, vinculado a este último aspecto, é importante destacar que, como forma de superar a subenumeração do trabalho informal nas pesquisas domiciliares tradicionais sobre mão-de-obra, tem-se proposto a realização de pesquisas sobre as crianças que se encontram trabalhando, ou, simplesmente, andando pelas ruas. Neste caso, é possível superar algumas das limitações anteriormente encontradas; mas, em contrapartida, não é possível produzir generalizações confiáveis, na medida em que as estimativas são produzidas através de amostras cuja representatividade não pode ser especificada. Em geral, elas superestimam a proporção do trabalho informal desse segmento da força de trabalho.

Tais diferenças entre gênero diminuem acentuadamente quando é incluída na taxa de atividade de crianças e adolescentes a dedicação exclusiva a afazeres domésticos (Painel 1). Obviamente, sua desconsideração afeta principalmente a enumeração do trabalho infanto-juvenil feminino, na medida em que constitui-se em seu principal componente, especialmente nas áreas mais informalizadas e pobres.

Finalmente, a análise das taxas de atividade segundo a cor da pele evidencia também outra ordem de desigualdade. No conjunto do Brasil urbano, as crianças e os adolescentes pretos trabalham proporcionalmente mais que o restante das crianças e adolescentes. Entretanto, isto não significa que a maioria da PEA infanto-juvenil seja de cor preta ou parda, já que, pelo contrário, mais da metade (52%) é de origem branca.

As diferenças entre brancos e pretos são notadamente maiores no caso das crianças, enquanto para os adolescentes elas são menores. Isto ocorre porque, no caso das primeiras, refletem-se mais diretamente as desigualdades sócio-econômicas existentes por trás das diferenças raciais. Em Recife, por exemplo, a taxa de atividade das crianças negras é 250% superior ao das brancas. Para os adolescentes, como sugerido anteriormente, outros fatores além da pobreza agem sobre os níveis de incorporação ao mercado de trabalho. Conseqüentemente, em São Paulo, por exemplo, os adolescentes brancos trabalham apenas 1/10 a menos que os pretos.

## 3.2. A intensidade do trabalho

Um outro caminho para verificar a dimensão e a expansão do trabalho infantil durante a década de 80 é através das horas trabalhadas, ou seja, quão intenso é o trabalho embutido nas taxas de atividade. A primeira constatação é a de que a maioria do trabalho infanto-juvenil (72%) é de jornada completa. A imagem bastante comum deste trabalho como predominantemente esporádico e pouco regular não se confirma pelas informações existentes. Pelo contrário, este setor trabalha com intensidade próxima à verificada para o conjunto da força de trabalho<sup>10</sup>.

Em segundo lugar, é possível constatar que a intensidade do trabalho também é função da idade e, portanto, o tempo de trabalho das crianças é menor do que o dos adolescentes. Por outro lado, embora seja na faixa etária de 15 a 17 anos que mais freqüentemente ocorre a jornada de trabalho completa (79,1%), mais da metade das crianças de 10 a 14 anos que trabalham na área urbana (53,7%) o fazem em jornada completa (Tabela 11).

Em terceiro lugar, observa-se que a proporção de trabalho de jornada completa é maior em São Paulo do que em Recife, tanto para as crianças quanto para

10. De acordo com a PNAD-88, a proporção de crianças e de adolescentes que em São Paulo trabalhavam 40 horas ou mais (83,7) era praticamente igual à do conjunto dos ocupados nessa situação (85,7%). Recife, embora com uma diferença um pouco maior (61% e 77%) respectivamente, também confirma essa conclusão. Deve-se ter presente que este tipo de pesquisa subestima a captação do trabalho mais esporádico (ver Painel 1), levando a uma possível sobrestimação da intensidade horária real do trabalho do conjunto da PEA infanto-juvenil (ver também nota 11).

os adolescentes. A explicação é a maior formalização do trabalho em São Paulo, o que implica em maior proporção de vínculos empregatícios de jornada completa, enquanto em Recife — mais informalizado — o trabalho eventual ou esporádico é mais freqüente<sup>11</sup>. Conseqüentemente, em Recife, mais de 11, 5% dos jovens trabalham até 20 horas e 27% não trabalham jornada completa, enquanto em São Paulo esta última situação não chega a 14,0%.

Informações disponíveis permitem que se tenha uma idéia do que ocorreu durante a década de 80 em relação à intensidade do trabalho infantil (FIBGE/UNICEF, 1988). Para as áreas urbanas como um todo, em geral verificaram-se oscilações na proporção de crianças e adolescentes que trabalhavam 40 horas semanais ou mais, acompanhando os ciclos econômicos da década. Assim, por exemplo, tanto para as crianças como para os adolescentes, o ano de 1983 apresentou uma queda significativa nesta proporção, recuperando em 1986 o nível do início da década, enquanto a partir de 1987 ocorreram períodos alternados de queda e recuperação. Observa-se novamente o impacto dos ciclos econômicos sobre a participação de crianças e jovens no mercado de trabalho.

### 3.3. O trabalho precoce

Tem sido uma preocupação recorrente nos diferentes estudos realizados nessa área a determinação da idade a partir da qual as crianças e os adolescentes começam a trabalhar. Além da idéia bastante generalizada de que quanto maior a pobreza mais provável se torna que a família veja-se obrigada a recorrer aos seus membros mais novos, existe também a idéia de que quanto mais cedo o indivíduo se incorpora ao mercado de trabalho, mais fortemente estará comprometido o seu futuro bem-estar (ver Capítulo 2 desta publicação).

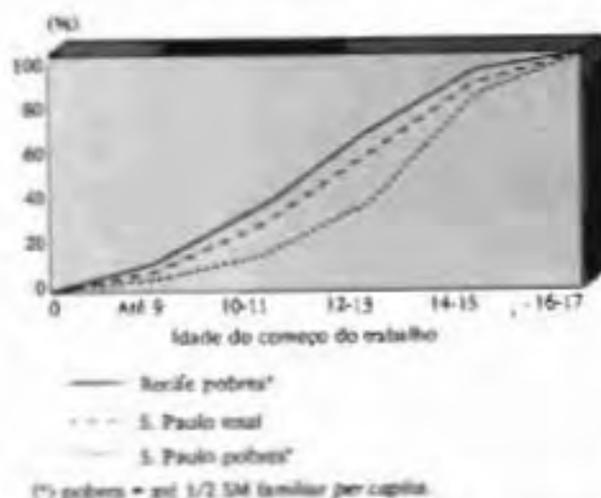
Várias pesquisas permitiram realizar algumas estimativas nessa área, embora tenha sido freqüentemente parciais devido às limitações da amostra e do universo estudado (ver Capítulo 4 desta publicação). Não obstante, com base nos dados da PNAD-85, é possível ter uma imagem mais completa da distribuição etária do início das atividades econômicas das crianças e adolescentes que estão trabalhando (Gráfico 3).

Em primeiro lugar, constata-se que, em contextos urbanos de maior pobreza, as crianças começam a trabalhar mais cedo. Em São Paulo, mais de 64% começam depois dos 14 anos, ou seja, depois do intervalo etário propriamente escolar. Em Recife, enquanto, apenas 36% dos ocupados infanto-juvenis estão nessa situação. Obviamente, esta diferença se refletirá nos perfis educacionais da PEA de ambas as cidades (ver tópico 5).

Em segundo lugar, o perfil etário de incorporação ao mercado de trabalho é muito diferente quando se comparam as populações mais pobres com a popula-

Gráfico 3

Distribuição acumulada das pessoas ocupadas de 10 a 17 anos, segundo a idade em que começaram a trabalhar  
S. Paulo e Recife — 1985



(\*) pobres = até 1/2 SM familiar per capita.

ção total. Em São Paulo, por exemplo, quase 30% dos trabalhadores infanto-juvenis pertencentes a famílias mais carentes começaram a trabalhar com 11 anos ou menos, enquanto no conjunto dos ocupados menos de 15% estão nessa situação.

## 4. A oferta do trabalho infanto-juvenil

A extensão do trabalho infantil está condicionada pelas características da família à qual pertencem as crianças, as quais se referem não apenas ao nível de acesso a bens e serviços materiais (rendimentos) e culturais (educação), mas também a suas formas de inserção no mercado de trabalho e à própria estrutura familiar. A seguir, essas relações serão ilustradas através de algumas informações disponíveis.

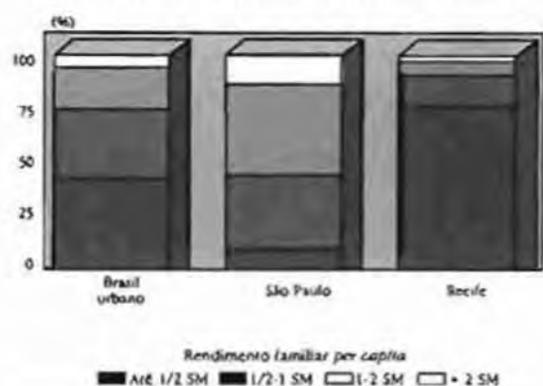
### 4.1. As condições sócio-econômicas da família

As relações entre a pobreza e o trabalho infanto-juvenil podem ser ilustradas, em um primeiro momento, através da origem familiar daqueles que trabalham, expressas pelo salário familiar. Nas áreas urbanas do

11. Convergência, uma pesquisa sobre crianças que trabalhavam na rua em São Paulo, no setor informal, encontrou que 46,5% delas trabalhavam mais de 40 horas, valor menor que o observado na Tabela 11 (Pires, 1988).

Gráfico 4

PEA de 10 a 17 anos por classes de rendimento familiar *per capita*.  
Brasil Urbano, S. Paulo e Recife — 1988



país, as famílias pobres (até um salário familiar *per capita*) fornecem quase 75,0% do total da força de trabalho infanto-juvenil (Gráfico 4). Esta situação é ainda mais expressiva em contextos de maior pobreza, como Recife, onde mais de 90,0% da força de trabalho provém desse nível de renda. Novamente, por trás destes números, encontram-se algumas diferenças entre crianças e adolescentes.

Na realidade, são as crianças de 10 a 14 anos as mais penalizadas, além de serem o elo por onde começa a reprodução da pobreza. A composição social da PEA infantil das áreas urbanas ilustra claramente a tese bastante difundida de que o trabalho infantil responde primordialmente à exigência de satisfação das necessidades básicas das famílias de origem pobre, sendo que mais de 80,0% das crianças trabalhadoras provêm de lares de extrema pobreza. Em Recife a situação se agrava e a quase totalidade dessas crianças se origina de famílias nessa situação (Tabela 12).

Para os adolescentes este perfil perde um pouco da nitidez extrema observada para a faixa etária anterior. Algumas hipóteses explicativas podem ser levantadas para esse fato. Em primeiro lugar, em algumas áreas urbanas a sua contribuição proporcional é maior para a renda familiar, ocasionando o deslocamento da família para faixas de rendimento superior. Em segundo lugar, o desejo de autonomia financeira e de acesso aos bens de mercado faz com que os dados sejam suavizados, apresentando às vezes um comportamento inverso. Assim, em São Paulo, quase 60,0% do trabalho de adolescentes se verifica em famílias com mais de um salário-mínimo *per capita*. Finalmente, é possível também considerar a hipótese de que as condições mais seletivas de mercado e as menores proporções de informalização possam ter um efeito negativo nos níveis de emprego dos adolescentes das famílias mais pobres, na medida em que são eles que reúnem, comparativamente, menos condições de satisfazer os requerimentos desses mercados.

Em contrapartida, contextos mais pobres e informalizados, como Recife, mostram um perfil bem diferente do de São Paulo, mantendo, com algumas pequenas diferenças, o mesmo padrão observado para as crianças, ou seja, quase 90,0% provêm de famílias de baixa renda.

As taxas de atividade infantil confirmam, em geral, essas tendências. O ordenamento das taxas de atividade por faixa de renda familiar *per capita*, incluindo o rendimento das crianças, é nítido para o conjunto do Brasil urbano e mais evidente ainda em Recife, enquanto em São Paulo observam-se taxas menores nas populações mais pobres (Tabela 13). A explicação desse aparente paradoxo em São Paulo encontra-se na maior importância relativa da contribuição do rendimento infantil à renda familiar<sup>12</sup>. Junto com esse efeito puramente estatístico, outro fato explica o comportamento dos números: os filhos dessas populações mais carentes têm menores probabilidades de ascender às posições ocupacionais mais frequentes em São Paulo (empregados com ou sem carteira). As suas opções são as de trabalho familiar não remunerado ou por conta própria, o que parece ser um "teto" restrito.

Já em Recife estes fatores seguem o sentido inverso, evidenciando com maior clareza a relação entre a renda familiar e o trabalho infantil. Poder-se-ia afirmar que ali as crianças são levadas a trabalhar mesmo quando têm rendimentos muito inexpressivos. Esse tipo de trabalho é facilitado pela presença mais significativa do setor conta própria em atividades autônomas, sem relações trabalhistas formalizadas.

No caso dos adolescentes, verifica-se novamente a presença de uma relação não-linear entre as duas dimensões, especialmente em São Paulo, quando comparado com Recife. Recorde-se que as taxas de atividade dos adolescentes são bem maiores em São Paulo, e confirma-se que tal sucede independentemente do nível de renda familiar. Isto volta a confirmar a ideia de que, para essa faixa etária, além da necessidade de outros fatores determinam as diferenças na disposição de trabalhar, tais como a atratividade do mercado, no caso de São Paulo, ou os baixos rendimentos e a falta de oportunidades, em Recife.

Com o objetivo de visualizar mais claramente as relações entre a situação de pobreza e o trabalho infanto-juvenil, as taxas podem ser apresentadas ao longo dos diferentes níveis de rendimento familiar *per capita*, mas com a própria contribuição das crianças e adolescentes expurgada (Gráfico 5). O aparente paradoxo anterior desaparece e a relação entre ambas as dimensões toma-se mais transparente (ver Capítulo 2 desta publicação).

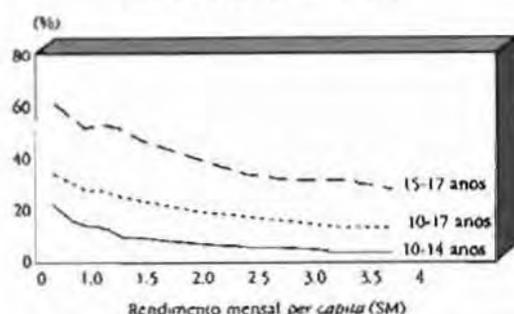
Por outro lado, verifica-se também que o trabalho de crianças e adolescentes continua a apresentar diferenças significativas no que diz respeito ao nível de sensibilidade ao rendimento familiar. Observa-se, por exemplo, que as distâncias entre as taxas de atividade nos extremos das escalas de rendimento familiar são muito maiores para as crianças (470%) do que para os adolescentes (220%). Reconfirma-se, dessa forma, que o trabalho infantil é especialmente sensível à pobreza familiar, enquanto o do adolescente está sujeito também a outros fatores importantes.

Em conclusão, a evidência apresentada confirma a hipótese bastante difundida e óbvia de que o trabalho infantil tem sua origem principalmente nas condições

12. Na medida em que o rendimento familiar inclui o rendimento das crianças, quanto maior for a contribuição da criança em relação à dos adultos, mais oculta ficará a relação entre a renda familiar e o trabalho infantil. Num contexto como São Paulo, onde a renda média é bem superior à de cidades como Recife, a renda infantil produz mais facilmente o efeito de deslocar as famílias para faixas superiores.

Gráfico 5

Taxa de atividade das pessoas de 10 a 17 anos por rendimento mensal adulto *per capita* Brasil Urbano — 1988



de extrema pobreza de amplos contingentes de famílias urbanas. Entretanto essa relação não pode ser generalizada para o trabalho juvenil. Enquanto em contextos urbanos de grande pobreza e informalização ele continua a ser predominante, em mercados de trabalho como São Paulo outros fatores possuem maior peso.

A composição sócio-econômica da força de trabalho infantil não foi alterada durante a década, no conjunto das áreas urbanas. As diferenças no perfil, quando comparados os dados de 1981 e 1988, não são muito expressivas (Tabela 12). Entretanto, pode-se notar algumas mudanças significativas quando os dados são desagregados para áreas metropolitanas. Em Recife, por exemplo, a tendência foi de maior empobrecimento da PEA infantil e adolescente, já que passa de 65,0% de crianças e adolescentes em famílias de extrema pobreza em 1981 para 76,0% em 1988. Em São Paulo, ao contrário, ela parece ter sido oposta, especialmente para as crianças, pois passa de 22,7% para 14,7% respectivamente. Este empobrecimento da origem familiar da PEA infanto-juvenil pode ser também observado na distribuição das taxas de atividade por rendimento familiar durante a década (Tabela 13). As taxas de atividade para as populações de menor renda mostram tendência ascendente para o conjunto do Brasil urbano e especialmente para áreas metropolitanas como Recife. No entanto, em São Paulo, e em especial para os adolescentes, observa-se tendência inversa<sup>13</sup>.

13. Deve-se recordar que as taxas se referem à população residente, exclusiva a categoria "domésticos", a qual é de especial importância no caso de crianças e adolescentes. As diferenças entre a taxa de atividade da população residente e a calculada sobre as pessoas parece ser maior para 1981, sendo que a primeira subestimaria a taxa real. Possivelmente, em 1981, o trabalho de empregada doméstica residente no emprego fosse mais intenso do que em 1988. Isto sugeriria que, na comparação entre os dois anos, pequenas diferenças nas taxas não deveriam ser consideradas. Não obstante, no caso dos adolescentes, as diferenças parecem afastar qualquer dúvida.

### 4.1.1. Contribuição do trabalho do menor

Publicações recentes têm mostrado a importância da contribuição ao rendimento familiar de cada criança e adolescente que trabalha, mesmo que o nível daquela seja só parcialmente registrado, já que deixa de fora o rendimento que as crianças auferem e destinam a seus próprios gastos pessoais, aliviando assim o orçamento familiar. Obviamente, a magnitude dessa contribuição aumenta à medida que diminui o rendimento familiar, ou seja, é mais importante nos estratos mais pobres da população (FIBGE, 1990). Adicionalmente, o significado dessa contribuição aumenta ainda mais quando, em vez de considerar o aporte financeiro de cada criança e adolescente separadamente, presta-se atenção às contribuições do trabalho infanto-juvenil como um todo, dentro da família (Paine! 2).

### 4.1.2. Educação dos pais

Em países como o Brasil é bastante recorrente a verificação de que não apenas o nível de rendimentos mas também o nível educacional dos pais são fatores determinantes do bem-estar futuro da criança. Estudos realizados demonstram que o nível educacional dos pais tem uma influência sobre a educação dos filhos até maior do que seus rendimentos. Mesmo quando uma alta correlação entre ingresso e escolarização torna difícil a tarefa de separar ou especificar os efeitos de ambas as dimensões, é bastante aceita a idéia de que a educação dos pais contribui com uma parcela em nada desprezível na explicação das desigualdades educacionais dos filhos.

Da mesma forma, diversos estudos de campo verificaram que o nível de participação das crianças e dos adolescentes no mercado de trabalho está inversamente correlacionado com o nível educacional dos pais. Entretanto, é importante observar que a sensibilidade do trabalho em relação à educação paterna, é diferente para crianças e adolescentes (Gráfico 7). Desta forma, o diferencial entre as taxas de atividade das crianças nos extremos da escala educacional dos pais é maior do que o dos adolescentes (90% e 78%, respectivamente).

Também é possível inferir que mais de 80% da PEA infanto-juvenil nas áreas urbanas do país provém de famílias cujos pais alcançaram no máximo quatro anos de estudo, apresentando assim as determinantes da desigualdade social no trabalho infanto-juvenil.

### 4.1.3. Ocupação do pai

Além do nível de rendimento familiar e da educação dos pais, outras características dos membros da

# Contribuição do rendimento infanto-juvenil à renda familiar



A relevância do dimensionamento da contribuição dos rendimentos dos menores trabalhadores à renda familiar total reside no fato de poder esclarecer a importância desse trabalho para a sobrevivência familiar.

a. Uma primeira forma de realizar essa medição tem sido através da contribuição proporcional do rendimento individual de cada criança e adolescente à renda familiar total. Os dados das PNADs têm demonstrado a importância dessa contribuição, especialmente para as famílias de rendas mais baixas (IBGE, 1990). Na Tabela 14 pode-se observar que, ao final da década de 80, 28% dos adolescentes trabalhadores que pertenciam a famílias pobres contribuíam com mais de 30% do total dos rendimentos familiares. Este nível de contribuição é também similar em Recife, mas muito mais elevado em São Paulo, onde quase metade dos adolescentes contribuem com aquela percentagem, o que reflete não apenas um acesso maior desta faixa etária ao mercado de trabalho, mas também uma maior valorização monetária de seu trabalho, situação bem

oposta à que ocorre em contextos mais informalizados e pobres. Por outro lado, é precisamente neste tipo de contexto urbano que a renda do trabalho infantil torna-se proporcionalmente mais importante do que em cidades como São Paulo e na média urbana nacional.

b. Uma segunda medição, mais apropriada para dimensionar o fenômeno em questão e alternativa à anterior, pode ser utilizada. Trata-se da proporção do rendimento familiar total devido a todos os rendimentos infanto-juvenis numa família. Através dessa forma de operacionalização se reflete mais adequadamente o conceito de contribuição do "trabalho infanto-juvenil" como um todo.

O Gráfico 6 permite visualizar os resultados obtidos pelas duas medições e suas diferenças. Com base na última, é possível observar que mais de 30% das famílias, onde existe pelo menos uma criança ou adolescente no mercado de trabalho, recebem uma contribuição acima de 30% do total da sua renda, proveniente desse trabalho infanto-juvenil. Desta forma, encontra-se nos dados uma base sólida para descartar a hipótese do caráter meramente complementar do trabalho infanto-juvenil.

Gráfico 6

## Participação do rendimento de cada filho e dos filhos de 10 a 17 anos no rendimento familiar Brasil Urbano — 1988

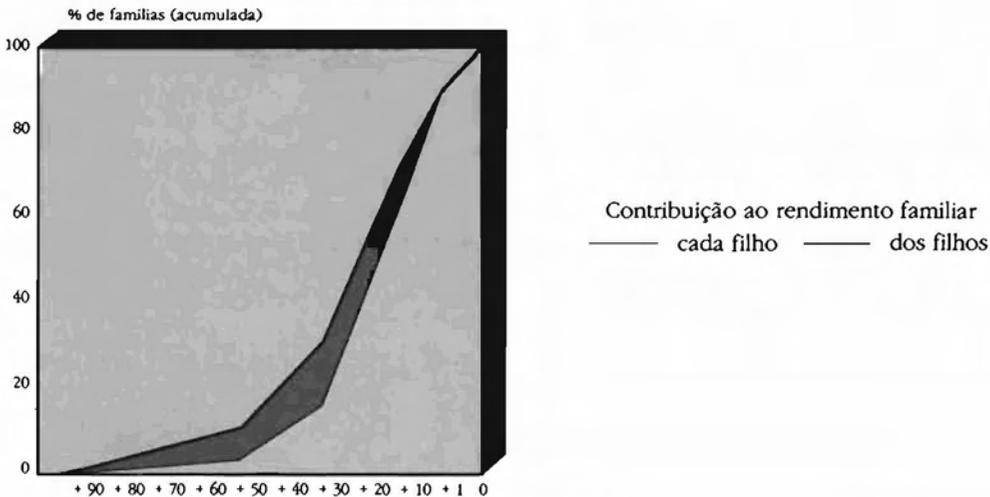
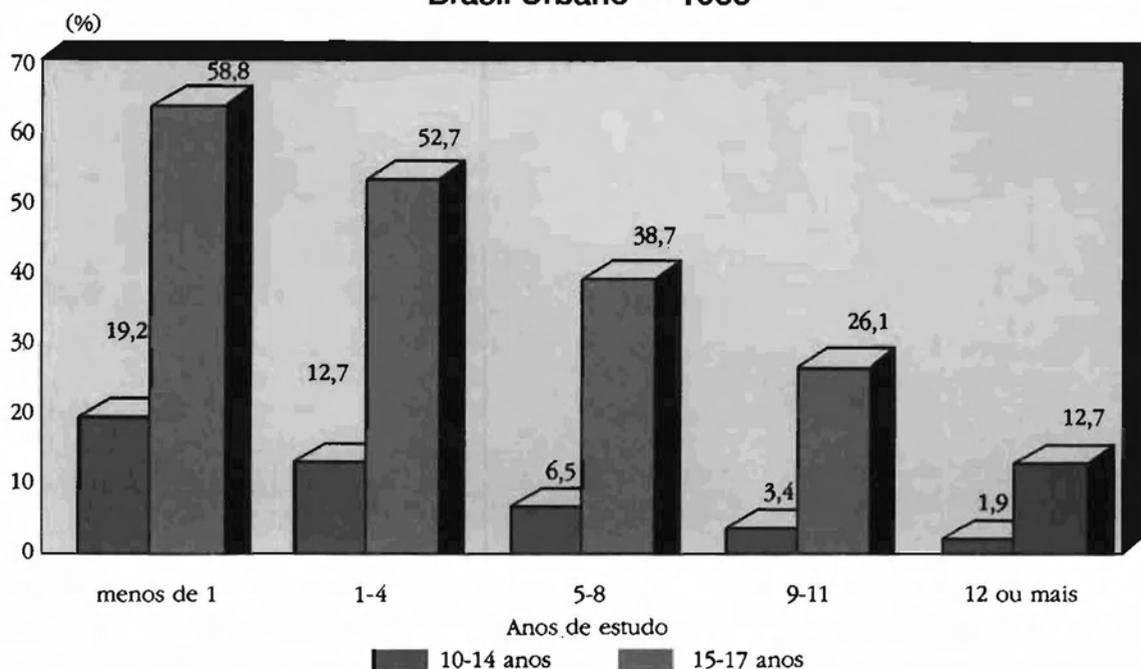


Gráfico 7

Taxa de atividade das pessoas de 10 a 17 anos,  
segundo a educação do pai  
Brasil Urbano — 1988



família, tais como o tipo de atividade produtiva, podem agir como condicionantes do trabalho infanto-juvenil. As diferentes formas de inserção no mercado de trabalho são acompanhadas por diferenças, não apenas no nível da prática, mas também nas síndromes de idéias e valores. Fazem parte dessas síndromes transmitidas no seio da família tanto os valores adequados à reprodução de posições ocupacionais similares, quanto as distintas formas de percepção e de valorização do trabalho infantil por parte dos membros adultos da família.

Um primeiro conhecimento dessas relações pode ser obtido através da análise dos ramos de atividade e das posições ocupadas pelos pais dos menores trabalhadores (Tabela 15). Em primeiro lugar, os dados indicam que nas áreas urbanas não existe uma predominância de ramos de atividade relativa à origem do trabalho infanto-juvenil, ou seja, as taxas de atividade se assemelham nos diferentes setores. Em segundo lugar, as taxas de atividade das crianças e adolescentes divergem sistematicamente quando analisadas no eixo das posições: é entre pais com relações assalariadas informais (sem benefícios previdenciários e sem carteira assinada) que se encontra a maior probabilidade de trabalhar, seguida pelo setor dos conta própria (Painel 3).

Baseando-se nessas informações, pode-se concluir que a posição do pai na ocupação tem uma clara relação com a intensidade com que a população infanto-juvenil é oferecida ao mercado de trabalho.

## 4.2. A estrutura familiar

A família é o espaço social concreto através do qual os diferentes setores sociais conseguem sua sobrevivência e reprodução. Para enfrentar esse desafio e condicionada por particularidades culturais, demográficas, econômicas e políticas, tanto históricas quanto conjunturais, a família assume formas concretas de organização (arranjos familiares). Essa organização expressa-se através de uma unidade cotidiana de práticas e representações, que define e integra os diferentes papéis de cada componente familiar. Sua configuração, portanto, é definida não apenas por suas características demográficas, mas também por elementos simbólicos e pela estrutura das relações entre seus membros.

A disponibilidade — oferta — do trabalho infanto-juvenil reflete uma forma específica de arranjo familiar adotada por determinados setores sociais para conseguir sua sobrevivência. Nesta perspectiva, o fato de uma criança trabalhar ou não, depende, por um lado, da posição que a mesma ocupa na estrutura familiar e da posição que essa família ocupa na estrutura social mais ampla e, por outro, das próprias condições do mercado de trabalho. Diversos trabalhos têm abordado, através de diferentes perspectivas, o estudo das relações entre algumas características das famílias, suas formas de organização e o trabalho das crianças e adolescentes.

## 4.2.1. A presença do pai

Alguns estudos recentes têm mostrado que, para níveis similares de renda, as taxas de inserção dos filhos menores de 17 anos no mercado de trabalho, nas famílias chefiadas por mulheres, são mais altas do que as de qualquer outro tipo de estrutura familiar (Lopes & Gottschalk, 1990). Apesar desse maior esforço familiar coletivo, tais famílias têm dificuldades especiais para superar situações de extrema pobreza. O trabalho mal-remunerado das mulheres, bem como a precariedade do trabalho infanto-juvenil de grande parcela destas famílias, faz com que elas se encontrem em situação de extrema pobreza — 41,0% dessas famílias estão situadas abaixo da linha de pobreza (FIBGE, 1989)<sup>14</sup> — além de serem uma das mais vulneráveis durante os períodos de crise econômica.

Durante a década de 80 esse tipo de família mostrou um crescimento sustentado e significativo. Nas áreas urbanas este crescimento tem sido de mais de 20,0%, sendo que até o final da década, em cidades como Recife, mais de 18,0% das crianças e adolescentes pertenciam a este tipo de estrutura familiar. É especialmente entre as famílias pobres que esta situação adquiriu maiores dimensões. Entre elas, as famílias chefiadas por mulheres passaram de 15,6% no início da década para 20,2% ao final dela. Em cidades mais pobres, foram atingidos patamares de até 29% (Tabela 16).

Junto com esse crescimento verificou-se também a existência de desigualdades significativas na incorporação precoce dos filhos dessas famílias ao mercado de trabalho. No Gráfico 9 pode-se observar que as desigualdades existentes entre estes dois tipos de estrutura familiar — com ou sem pai — no conjunto das áreas urbanas, acentuou-se nas áreas metropolitanas, especialmente naquelas com maior nível de pobreza. Em Recife, por exemplo, a probabilidade de que as crianças participem do mercado de trabalho é três vezes maior nas famílias sem a presença do pai do que quando ele está presente<sup>15</sup>.

Essas taxas sugerem que cerca de 20% da PEA infantil urbana provêm de famílias sem a presença do pai, sendo que em cidades como Recife essa situação alcança mais de 35,0% das crianças que trabalham. Não obstante, isto não significa que a totalidade dessa força de trabalho infantil seja explicada pela desagregação familiar. Pelo contrário, grande parte desta deve-se aos níveis de pobreza experimentados por essas populações, sendo ela, portanto, a causa última do trabalho infantil.

## 4.2.2. Número de irmãos

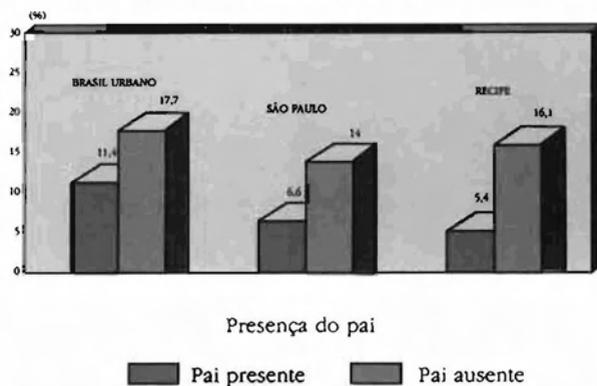
Os arranjos familiares que definem quem trabalha e estuda são afetados não apenas pela fase de ciclo

14. Para São Paulo, Montali (1990) encontrou percentagens ainda maiores para o início da década.

15. Os adolescentes mostram, em contrapartida, uma sensibilidade bem menor à ausência do pai. Em geral, as taxas de atividade diferem em 30% entre os dois tipos de família.

Gráfico 9

Taxa de atividade das pessoas de 10 a 14 anos segundo a presença do pai  
Brasil Urbano, S. Paulo e Recife — 1988



vital dos membros da família, como também pelo tamanho da família e, especialmente, pelo número de filhos.

Algumas pesquisas têm mostrado que a criança possui mais probabilidade de ingressar precocemente na força de trabalho quando pertence a uma família nuclear, do que no caso de famílias extensas (Rodgers e Standing, 1981). Isto se vincula à idéia de que as famílias nucleares, sobretudo as de populações pobres, utilizariam seu filho como o único recurso em situações de dificuldades econômicas. Mas, por outro lado, tem sido mencionado que quanto maior a família, maior a percentagem de crianças que trabalham (Boyden, 1989), sendo que os mais afetados seriam os primogênitos.

Alguns desses aspectos que determinam o nível de trabalho infanto-juvenil podem ser mostrados, no caso brasileiro, através das taxas de atividade ordenadas pelo número de irmãos. O padrão observado para o conjunto das áreas urbanas é que, a partir de um irmão, as taxas de atividade são ascendentes até quatro, e daí em diante as taxas tendem a estabilizar-se (Tabela 17, Gráfico 10).

Conclui-se, então, que as oportunidades de trabalhar são maiores à medida que aumenta o número de irmãos (e, portanto, quanto maior for a família), embora esta relação seja válida apenas até determinado ponto, a partir do qual o risco é indiferente ao número de membros da família.

Este padrão se mantém em termos gerais, em contextos urbanos mais específicos, com algumas pequenas diferenças. A sensibilidade ao número de irmãos parece ser um pouco maior em cidades mais pobres, como Recife, enquanto em mercados que oferecem melhores oportunidades para os adolescentes as taxas mantêm a tendência ascendente, sem encontrar ponto de estabilização.

Por outro lado, observa-se que os dados indicam uma tendência de maior trabalho infantil no caso de famílias nucleares, com um filho só. Essa hipótese se verifica especialmente em cidades como São Paulo,

# A ocupação dos pais e o trabalho infanto-juvenil



probabilidade que existe de os filhos se integrarem à PEA não varia muito em relação aos ramos de atividade (indústria, comércio, serviços etc.) em que se encontram seus pais. As taxas de atividade das crianças e adolescentes são bastante similares em todos os setores, sendo que os da prestação de serviços e os da construção civil apresentam níveis mais elevados.

O mesmo não ocorre quando se analisa a participação no trabalho segundo a posição do pai na ocupação (empregado com e sem carteira, ou conta própria). O Gráfico 8 mostra que qualquer que seja o ramo de atividade do pai, as mais altas taxas correspondem aos filhos de pais em relações assalariadas sem amparo trabalhista, sendo mais atingidos os do setor serviços (36,4%).

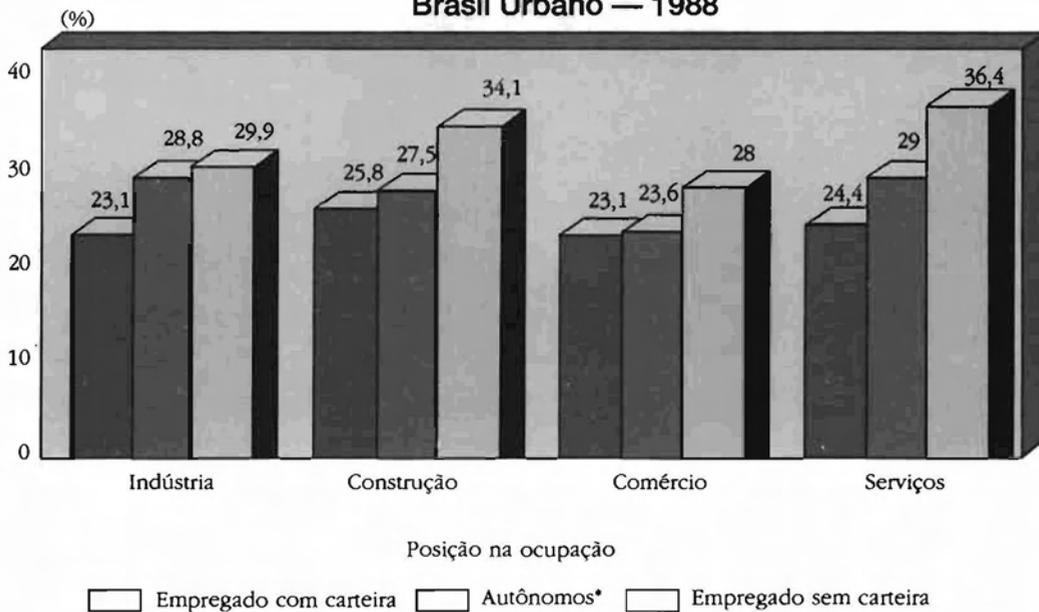
A taxa dos conta própria vem em segundo lugar. É importante indicar que, dada a heterogeneidade desse setor, é provável que uma parcela possa experimentar taxas inclusive superiores

às dos empregados sem carteira. Como consequência dessa distribuição desigual da probabilidade de incorporação ao trabalho, 36% da PEA infanto-juvenil provêm do setor conta própria, embora este ocupe apenas 21% da PEA adulta.

A seqüência indicada no Gráfico 8 não se verifica, entretanto, para qualquer faixa etária, ou mesmo para qualquer contexto urbano. No Brasil urbano como um todo e em cidades como São Paulo, as taxas de atividade dos adolescentes filhos de pais conta própria se igualam às dos assalariados do setor formal da economia (Tabela 15). De fato, essa igualdade pode estar refletindo as condições sócio-econômicas mais favoráveis para o setor de autônomos nesses contextos. Já em Recife ocorre exatamente o contrário com os adolescentes. Para as crianças, também nessa área metropolitana, o padrão se inverte, constatando-se que os conta própria apresentam maiores taxas de atividade para seus filhos em relação às outras categorias ocupacionais.

Gráfico 8

Taxa de atividade das pessoas de 10 a 17 anos segundo setor de atividade e posição na ocupação do pai  
Brasil Urbano — 1988



(\*) Exclusive os "com educação superior".

onde as taxas de atividade dos filhos únicos são muito mais altas do que entre aqueles que possuem até três irmãos.

### 4.2.3. Os filhos e os parentes

Uma parcela não desprezível das crianças urbanas vive com famílias, sem ser filho do chefe da família, mas com algum laço de parentesco. Parte desse contingente expressa uma estratégia de sobrevivência das famílias mais pobres, que consiste no afastamento de alguns de seus componentes para integrar outras famílias com aparentemente melhores condições para conseguir meios de sobrevivência.

É possível detectar aqui outra desigualdade que afeta a infância urbana do Brasil. Os dados existentes mostram que, para o conjunto das áreas urbanas, os níveis de incorporação dessas crianças ao mercado de trabalho, embora sendo superiores, não diferem muito dos atingidos pelos filhos dos chefes de família (Tabela 17). Entretanto, no caso de grandes áreas metropolitanas, o diferencial das taxas de atividade é bastante expressivo. É precisamente neste contexto urbano que se encontra uma proporção maior de famílias migrantes, ou componente de famílias desintegradas no processo de migração, à procura de novas oportunidades de trabalho. De alguma forma, estas diferenças nas taxas de atividade

refletem um maior contingente de crianças migrantes que se integram a famílias já estabelecidas, com o objetivo específico de se incorporar ao mercado de trabalho.

### 4.3. A oferta educacional

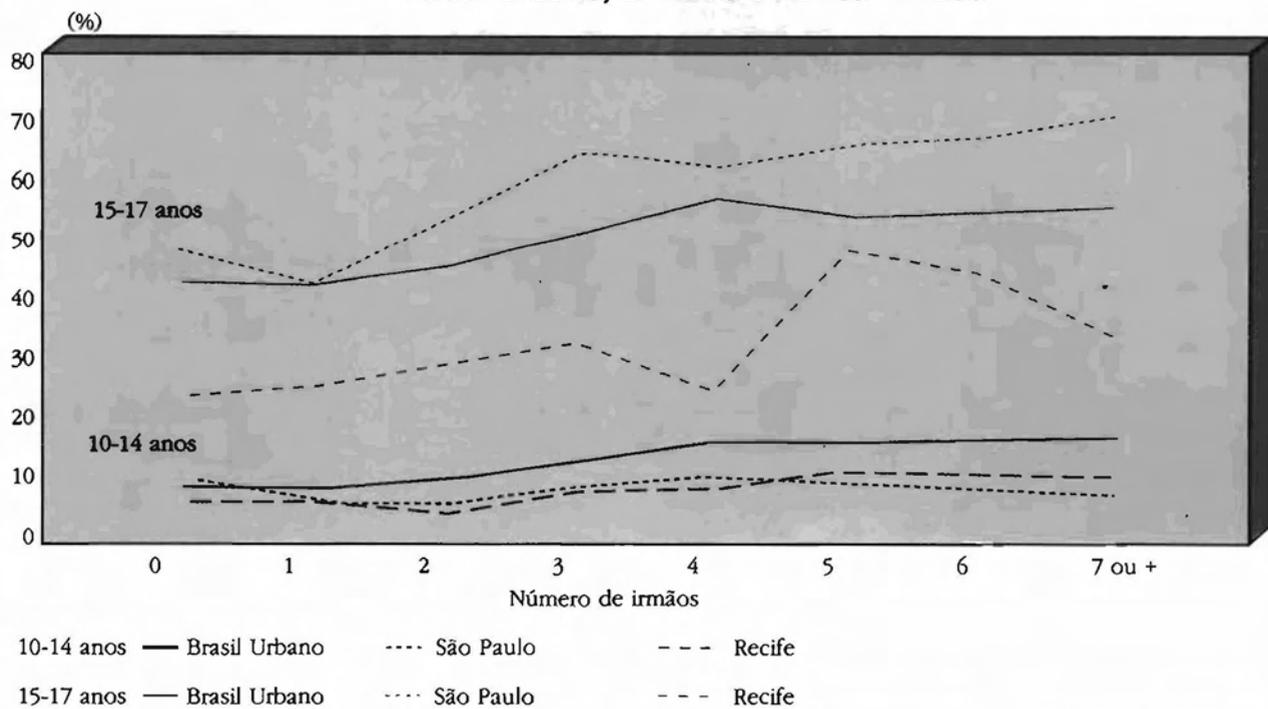
Mesmo dentro de uma perspectiva de conflito, existe um consenso em torno do papel potencial da educação como o principal mecanismo de democratização, de distribuição da renda e de mobilidade social. A educação se desenvolve em um campo conflitante, onde se encontram duas tendências antagônicas: a necessidade de inculcar valores e conhecimentos necessários à reprodução social e econômica de uma sociedade desigual e, ao mesmo tempo, a pressão por uma distribuição de renda mais igualitária, possibilitando maior mobilidade social e uma consciência mais crítica e universal<sup>16</sup>.

Se amplos setores da sociedade são excluídos do acesso à escola, ou a ela incorporados de forma precária e incompleta, a segunda tendência da escola está seriamente comprometida. Os fatores que incidem nessa exclusão têm sido um dos temas mais estudados na literatura de sociologia da educação. De acordo com o esquema conceitual do Diagrama, a decisão dos pais de enviar a criança à escola, ou a do adolescente em frequentá-la, está determinada por duas ordens de fatores:

16. Para uma excelente exposição da tradição deste tipo de enfoque ver Camoy & Levin (1987) e também a bibliografia aí indicada.

**Gráfico 10**

**Taxa de atividade das pessoas de 10 a 17 anos segundo o número de irmãos Brasil Urbano, S. Paulo e Recife — 1988**



o esquema de preferências, que decide sobre as relações entre as necessidades presentes e o bem-estar futuro da criança, e as condições de oferta de serviços.

A relação entre a educação e o trabalho se situa, então, no centro do problema da construção de uma sociedade mais igualitária e democrática. Se a não-frequência ou o abandono escolar estiverem ligados ao “trabalho infantil” como um dos componentes das estratégias de sobrevivência das famílias mais pobres da sociedade, então a escola se transforma num dos principais mecanismos de reprodução da desigualdade social. A exclusão da escola consegue, simultaneamente, negar a distribuição mais igualitária dos valores e legitimar a permanência dessa desigualdade, transferindo para o expulso a responsabilidade por sua situação — incapacidade de cumprir os requisitos “objetivos” da escola — constituindo-se, desta forma, em um mecanismo de reprodução social.

No que diz respeito às relações entre a pobreza e o trabalho infantil, a expansão do sistema educacional tem sido utilizada para interpretar a manutenção das baixas taxas de atividade das crianças, apesar de um empobrecimento significativo da população (Scott, 1982). O estreitamento da possibilidade de trabalhar nos setores econômicos mais modernos (mudanças tecnológicas intensivas de capital e legislação restritiva), bem como as restrições existentes no setor informal e as baixas remunerações, tornam a educação uma opção mais atraente para os pais. Em outras palavras, aumentam os retornos esperados da educação, fazendo com que os pais enviem ou mantenham por mais tempo seus filhos na escola, apesar dos altos níveis e/ou do agravamento da pobreza. A expansão do sistema educacional seria, em parte, um reflexo destas mudanças na estrutura de preferência da demanda.

No Brasil, verificou-se uma pronunciada expansão do sistema educacional durante a década de 80. Efetivamente, a taxa de escolarização da população em idade escolar nas áreas urbanas subiu de 83,8% em 1981, para 89,4% em 1988 (Tabela 18). Entretanto, esse crescimento não foi homogêneo para todas as faixas etárias. De fato, assistiu-se a um grande incremento das taxas entre as crianças de 7 a 9 anos (79,3% para 90,3%), e uma estabilidade nas das crianças de 10 a 14 anos (86,7% para 88,9%). Aquele aumento refletiu, sobretudo, as mudanças etárias ocorridas no ingresso à escola, ou seja, o aumento específico da escolarização aos 7 anos. Assistiu-se, assim, a uma inversão nas ordens de grandeza das taxas de ambas as faixas etárias durante a década.

Por outro lado, é precisamente no início da faixa de 10 a 14 anos em que se acelera a incorporação ao mercado de trabalho, incidindo fortemente o abandono escolar sobre os mesmos. Em resumo, se houve um aumento na valorização da educação durante a década, esta não conseguiu ultrapassar as determinações da pobreza — necessidade de sobrevivência — que obrigam a optar pelo trabalho, quando se chega a uma determinada idade.

A expansão da escolarização das crianças de 7 a 9 anos atingiu com a mesma intensidade a maioria dos diferentes contextos urbanos, salvo algumas exceções, mantendo quase inalteradas as diferenças regionais existentes, embora breves, nas suas taxas. Em São Paulo são mantidas as taxas mais elevadas dessa faixa etária, 92,4%, enquanto em Recife ela chega a 90,0%.

No outro extremo, as taxas de escolarização dos adolescentes das áreas urbanas evidenciam uma es-

tagnação. É importante notar que São Paulo possui níveis de escolarização mais baixos (64,4%) do que os observados em contextos mais pobres e informalizados, como Recife (66,8%). Como já foi referido anteriormente, estas diferenças podem estar refletindo, entre outros fatores, desigualdades significativas nos níveis de atratividade do mercado (oportunidade de emprego e níveis salariais). Pode-se observar, então, a existência de uma realidade aparentemente paradoxal: em contextos mais pobres e informalizados (Recife), os adolescentes encontram-se mais na escola e trabalham menos, enquanto em cidades como São Paulo, com melhor padrão de vida e mercado mais formalizado, eles estudam menos e trabalham mais (ver Capítulo 2 desta publicação).

A expansão dos níveis de escolarização na primeira fase da idade escolar (7-9 anos) também foi experimentada pelos setores mais pobres. Se em alguns contextos, como São Paulo, esse crescimento foi inclusive mais acelerado do que a média urbana, encurtando, portanto, as diferenças por renda, em outros simplesmente acompanhou o ritmo médio, mantendo-se as desigualdades sociais na escolarização das crianças.

Conseqüentemente, até o final da década, a probabilidade desse grupo etário frequentar ou não a escola parece estar claramente associada à sua origem social, medida pela renda e independente do contexto urbano. O Gráfico 11 mostra como as taxas de escolarização são claramente crescentes em função da renda familiar.

Se esta expansão acelerada da escolarização não teve efeitos maiores nos indicadores de resultado foi porque, paralelamente, aumentaram os níveis de abandono escolar, mantendo-se ou ampliando-se assim as diferenças sociais. Em outras palavras, os ganhos aparentes obtidos pelo aumento da escolarização nas populações mais pobres perderam-se pelo subsequente abandono do sistema, em ritmo ainda mais acelerado. A não-permanência no sistema escolar só aumentou entre a população mais pobre durante a década (1981=9,6%; 1988=10,9%), aprofundando-se, portanto, as diferenças sociais (Tabela 19, Gráfico 12).

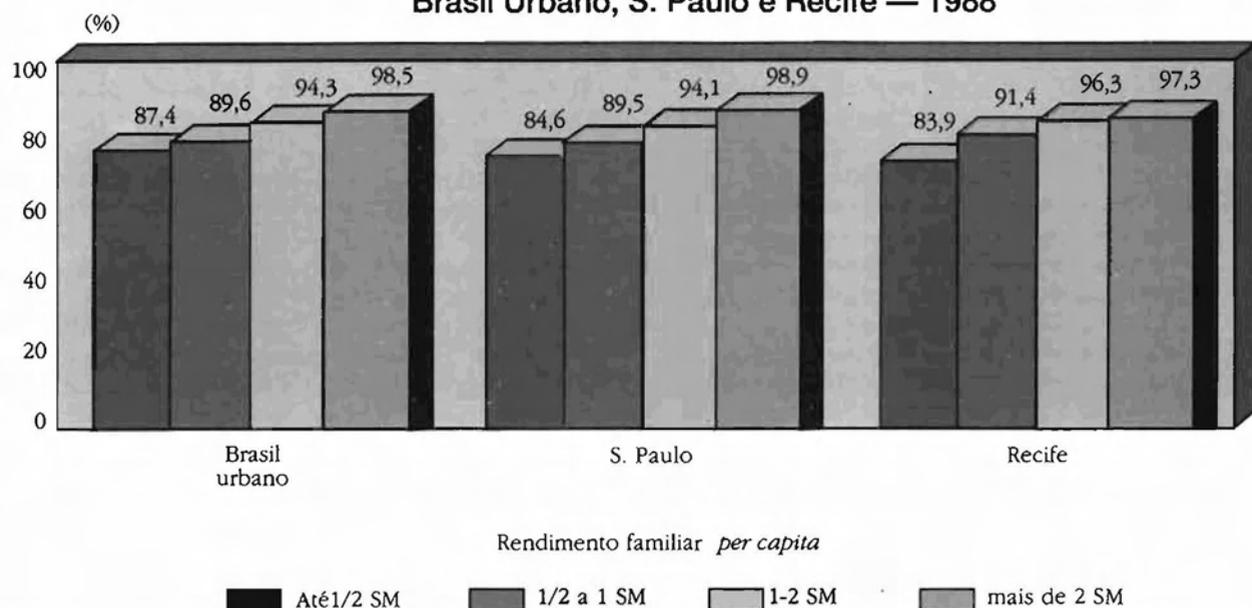
Por outro lado, diferentes contextos urbanos apresentam diferenças significativas. Destaca-se o fato de, por exemplo, as populações menos favorecidas de Recife acusarem os maiores aumentos e os mais altos níveis de expulsão de seus filhos do sistema educacional (1981=8,3%; 1988=10,9%).

De acordo com essa conclusão, e ao contrário do ocorrido na faixa de 7 a 9 anos, as taxas de escolarização das crianças de 10 a 14 anos aumentaram muito levemente durante a década (Tabela 18). De 86,7% no início da década passaram para 88,9% para o conjunto das áreas urbanas, sendo que, em cidades como São Paulo, possivelmente devido à constante imigração de populações não escolarizadas e à dificuldade em conseguir ganhos a partir das taxas já atingidas (92%), não se observou nenhuma mudança. As populações mais pobres, em geral, acompanharam esses crescimentos relativos ou, em alguns casos, como o de São Paulo, diminuíram sua participação no sistema escolar, aprofundando-se, assim, as distâncias sociais existentes.

É possível observar, entretanto, que em cidades como Recife essas distâncias estão ainda mais potencializadas, não tanto pela diferença entre as taxas dos dois ex-

Gráfico 11

Crianças de 10 a 14 anos que freqüentam escola,  
por rendimento mensal familiar *per capita*  
Brasil Urbano, S. Paulo e Recife — 1988



tremos da escala de renda, mas pelo fato de a população mais pobre ser proporcionalmente mais numerosa<sup>17</sup>.

### 4.3.1. Estudar e trabalhar

Essa convergência perversa entre o aumento de escolarização e a deserção escolar é, em parte, a expressão da relação maior entre a escola e o trabalho. Os números da Tabela 20 mostram, parcialmente, as dimensões das diferentes formas de inter-relação entre o mundo da escola e do trabalho. Mais precisamente, como se distribuem as crianças e os adolescentes com relação a essas duas dimensões sociais. Novamente, o perfil das crianças e o dos jovens diferem significativamente e, portanto, é conveniente que sejam analisados separadamente.

A distribuição para as crianças mostra, em primeiro lugar, que quase 20,0% delas ou realizam outras atividades conjugadas com a escolar, ou simplesmente estão excluídas da escola. Inclusive a média urbana nacional de dedicação exclusiva à escola está abaixo, não apenas dos valores mais elevados para São Paulo (87,9%), mas também para os de Recife (83,3%), mostrando que outras áreas metropolitanas, ou ainda, cidades de médio e pequeno porte, estão comprometendo mais intensivamente a dedicação exclusiva da infância à educação plena.

Em segundo lugar, observa-se que em geral a maioria dos que trabalham também estudam, embora isto não seja tão marcante em cidades como Recife. Finalmente, é importante notar que uma parte não

desprezível da infância urbana (6,5%), mais freqüente ainda em cidades como Recife (9,4%), dedica-se exclusivamente a afazeres domésticos ou a nenhuma atividade, pondo em destaque a contribuição da criança a uma das estratégias de sobrevivência familiar: a liberação da força de trabalho adulta, ao cobrir a criança as necessidades próprias do lar (Painel 1).

Já no caso dos adolescentes, a primeira característica a destacar são os menores níveis de dedicação exclusiva ao estudo, sendo estes muito mais evidentes em São Paulo do que em Recife. Naquela cidade a maioria dos adolescentes trabalha (mais de 52,0%), sendo que a metade destes realiza simultaneamente atividades escolares (25,8%). Já em Recife, a distribuição dos que trabalham sugere um leve predomínio da dedicação exclusiva, ao mesmo tempo em que mostra maior nível de incompatibilidade entre o trabalho e a escola. Finalmente, destaca-se outra vez a presença expressiva de um contingente de jovens que se encontram excluídos do sistema educacional, com dificuldades para ingressar no mercado de trabalho, cumprindo, possivelmente, um papel de apoio ao lar, permitindo a liberação da força de trabalho adicional nas famílias.

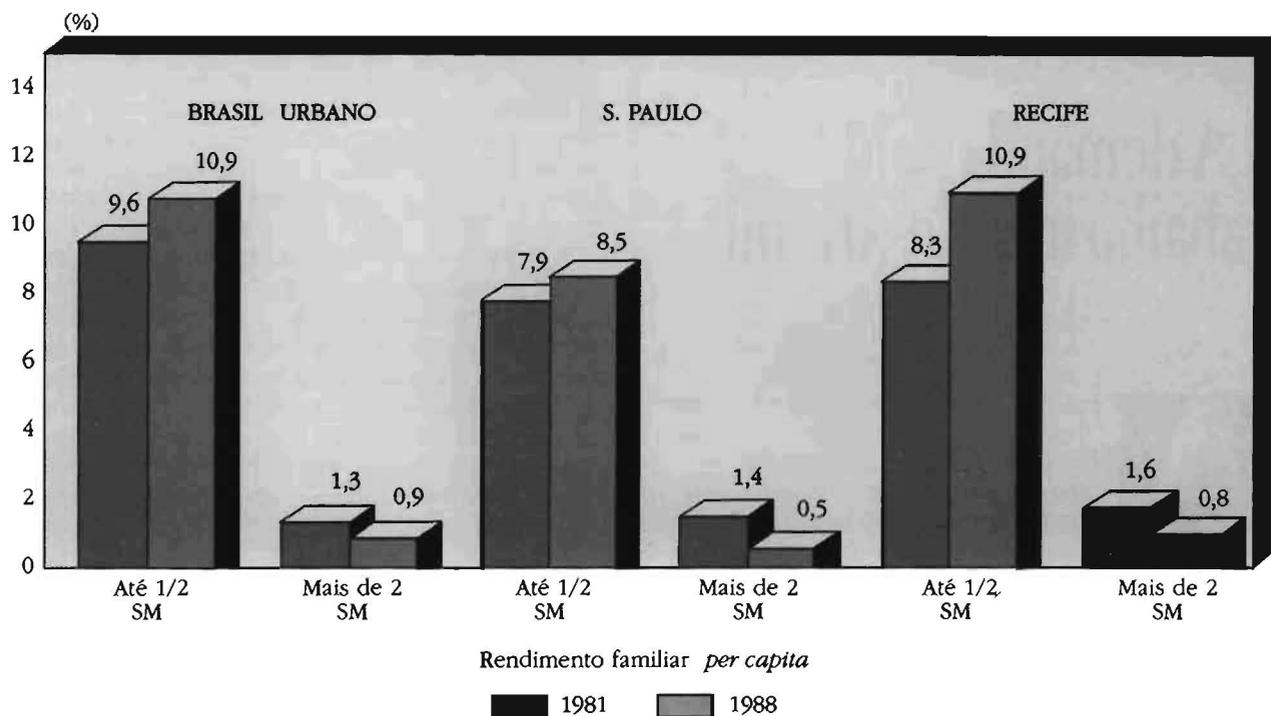
Esta situação é particularmente relevante em Recife, onde se pode levantar a hipótese desta maior dificuldade para entrar no mercado de trabalho, especialmente no caso das meninas. O predomínio do mercado informal — principalmente o trabalho de rua — inibe a saída da menina, ao que se adiciona os baixos rendimentos, que não estimulam sua participação no mercado.

Em resumo, pode-se afirmar que grande parte das crianças que trabalham está na escola, em qualquer dos contextos urbanos estudados, e que uma parcela importante dos excluídos do sistema escolar encontra-se no lar, cumprindo papéis de apoio à sobrevivência

17. Apesar de grande diferença entre Recife e São Paulo no tamanho da população, as taxas de 83,9% e 84,6% de escolarização significam, respectivamente, que 35 mil crianças pobres estão fora da escola, em ambas as cidades.

Gráfico 12

**Crianças de 10 a 14 anos que não freqüentam escola mas já freqüentaram, por rendimento familiar *per capita* Brasil Urbano, S. Paulo e Recife — 1981 e 1988**



familiar. Esta conclusão fica ainda mais evidente entre os adolescentes, especialmente nas áreas mais pobres e informalizadas.

Este perfil das relações entre a escola e o trabalho pouco mudou durante a década. O fato de a expansão do sistema educacional não haver afetado mais as crianças maiores de 10 anos e os adolescentes se expressa através das pequenas variações nas distribuições desde o início da década de 80. A dedicação exclusiva à escola, por outro lado, manteve-se constante entre as crianças, enquanto entre os adolescentes ela apresentou tendência de queda, vinculada especialmente às flutuações da economia e do mercado de trabalho. De fato, entre os adolescentes isto expressou maior sensibilidade às condições de atratividade e oportunidade no mercado de trabalho.

#### 4.3.2. O trabalho e a permanência na escola

De acordo com o observado anteriormente, as relações entre a pobreza, a necessidade de trabalhar e a freqüência à escola se dão não apenas através da exclusão mútua, mas também através de relações de inclusão, embora de formas socialmente muito desiguais. Tem sido também objeto da literatura o efeito específico que o trabalho possui sobre a incorpora-

ção, a permanência e o êxito na escola<sup>18</sup>. A entrada tardia à escola, os freqüentes abandonos temporários, a repetência, o atraso etário com relação à série e, finalmente, a expulsão definitiva, constituem fases recorrentes do caminho escolar — estigmatizante e corrodor da auto-estima do menino carente e trabalhador.

Este caminho sinuoso expressa o caráter dinâmico das relações entre a escola e o trabalho, onde persistem simultaneamente a necessidade do trabalho com o desejo de completar o caminho escolar socialmente consagrado, desejo reforçado pelo fato de a maioria dessas atividades produtivas não qualificarem e, portanto, serem inúteis como mecanismos de promoção social<sup>19</sup>.

Dados disponíveis para as áreas urbanas do Brasil indicam que a exclusão escolar afeta especialmente o menino trabalhador. Adicionalmente, existe um grave

18. Para uma revisão da literatura existente no país sobre o tema, ver Pires (1988).

19. A maioria das pesquisas de campo sobre o menino trabalhador encontra uma forte valorização e reconhecimento da escola, bem como o desejo de retomar a freqüência à mesma, junto com a percepção negativa do trabalho realizado quanto às possibilidades de desenvolver habilidades e competências socialmente valiosas. Por outro lado, verifica-se que a maioria dos adolescentes e uma grande parte das crianças trabalhadoras não freqüentam a escola [ver Ferreira (1983), Melo (1986), Spindel (1985), IPLANCE (1980), Pires (1988) e a bibliografia neles citadas]. Adicionalmente, estas pesquisas chegam à conclusão de que não existe relação entre o tipo de trabalho desempenhado pela criança — formal/informal — e a freqüência à escola, sendo que qualquer tipo de trabalho a afeta igualmente (Pires, 1988).

problema no conjunto do sistema educacional, posto em relevo pelo alto nível generalizado de inadequação série/idade. Entretanto, este problema afeta também mais intensamente a criança trabalhadora, sobretudo aquela que mora em contextos urbanos com maior pobreza e falta de infraestrutura. Conseqüentemente, a criança trabalhadora vai mais à escola, e o faz mais na série adequada em São Paulo do que em cidades como Recife (Painel 4).

## 5. A demanda pelo trabalho infanto-juvenil



A extensão da incorporação da criança e do adolescente ao mercado de trabalho está vinculada a dois fatores de atração: a informalidade e o nível salarial. Do primeiro depende a maior ou menor facilidade de ingresso de amplos contingentes de crianças sem qualificação no mercado de trabalho e, do segundo, a decisão de trabalhar, frente a outras possíveis opções. Estudos realizados nesta área têm acentuado, por vezes, o grau de informalidade no Brasil como sendo o principal facilitador do trabalho infantil e, outras vezes, têm enfatizado os diferenciais de rendimento como explicação para as variações nas taxas de atividade. O enfoque aqui adotado é o de que estes dois fatores agem combinados, mas com predomínio de um deles, segundo a faixa etária (criança ou adolescente) e o contexto do mercado em questão.

Desta forma, é possível caracterizar o trabalhador infanto-juvenil pela sua forma de inserção na estrutura produtiva — ramos de atividade e posição na ocupação —, pelos tipos de atividade que desempenha — ocupações —, por seu custo e por seu nível educacional.

### 5.1. O trabalho infanto-juvenil na estrutura produtiva

A grande maioria dos ocupados de 10 a 17 anos no Brasil urbano de 1988 encontrava-se no setor terciário, concentrada principalmente na prestação de serviços, no comércio e em “outras atividades” (Tabela 23). Não obstante, a indústria de transformação também registrou uma razoável concentração desta força de trabalho.

Por sua vez, São Paulo e Recife apresentavam perfis bastante diferenciados. Enquanto na primeira região a concentração estava na indústria de transformação (31,7%), na segunda, a maioria das crianças en-

contrava-se engajada em atividades de prestação de serviços (35,4%). Adicionalmente, em São Paulo encontrava-se um contingente expressivo de crianças trabalhando no setor de serviços auxiliares à atividade econômica.

É importante destacar que os menores em São Paulo estavam ocupados com a mesma intensidade que os adultos na indústria de transformação (31,7% e 32,8% respectivamente), sendo que a diferença entre os dois grupos etários estava justamente na concentração da PEA infanto-juvenil no setor de comércio.

Também em Recife, adultos e menores estavam ocupados na indústria com a mesma intensidade<sup>20</sup>. No entanto, a ênfase maior estava na ocupação dos menores em serviços pessoais (35,4% contra 24,8% para os adultos).

Adicionalmente, a “posição na ocupação” das crianças e adolescentes permite extrair algumas conclusões sobre a formalidade/informalidade desse trabalho até fins da década de 80. Em primeiro lugar, o trabalhador infanto-juvenil da área urbana é principalmente assalariado. A soma do trabalho por conta própria e sem remuneração (trabalho “familiar”, em sua maior parte) chega a apenas 15%, embora seja bastante mais expressivo em crianças quando comparado com adolescentes: 22,5% e 11,2%, respectivamente (Tabela 23).

A comparação com os adultos desmistifica também a crença de que àquele grupo etário estaria reservado apenas o segmento não assalariado do mercado de trabalho. Em 1988, cerca de 85% das pessoas de 10 a 17 anos era empregada, ao passo que a proporção das de 10 anos e mais na mesma situação era de 71%. A grande diferença se situa no fato de que a maioria das crianças e jovens se encontrava numa relação trabalhista desprotegida, sem carteira assinada (59,7%), enquanto entre os adultos esta situação era menor (25%).

Essa imagem geral da área urbana oculta fortes diferenças em cada contexto de mercado de trabalho. Assim, quando se compara São Paulo com Recife, observa-se que, embora o trabalho assalariado continue sendo a situação mais freqüente (94,0% e 74,8% respectivamente), tanto para as crianças como para os adolescentes, os níveis de informalidade são muito distintos (Gráfico 14). Enquanto em São Paulo mais da metade das crianças e adolescentes trabalha numa relação assalariada formal, em Recife menos de 10% se encontra nessa situação. Evidentemente, esta distribuição varia de crianças para adolescentes, mas a diferença entre regiões se mantém: em São Paulo quase 35% das crianças trabalham com carteira assinada, enquanto em Recife estas são praticamente inexistentes.

Vale a pena destacar que o conjunto do trabalho por conta própria com o não-remunerado é bastante reduzido em São Paulo, ao passo que em Recife e em outras áreas com características similares ele representa um quarto da força de trabalho das crianças e adolescentes, com diferenças etárias previsíveis, onde

20. Dados da Pesquisa Mensal de Emprego, no entanto, apontam para uma situação contraditória nessa cidade, onde a proporção de crianças na indústria de transformação é bem inferior à dos adultos (10,5% e 19,5% respectivamente).

# O trabalho e a defasagem escolar

**A** comparação entre as crianças e os adolescentes trabalhadores e não-trabalhadores, com base em duas dimensões que sintetizam caminhos convergentes no sistema escolar — exclusão e inclusão inadequadas —, destaca claramente as desigualdades sociais existentes na área urbana.

Com relação ao primeiro aspecto, observa-se que a maioria das crianças urbanas que trabalham freqüenta a escola (61%) (Tabela 21). Entretanto, 39% delas estão excluídas do sistema, enquanto entre os não-ocupados, apenas 8,0% não freqüentam a escola. Nestes, estão incluídos também àqueles que se dedicam exclusivamente aos afazeres domésticos e que não são computados entre os ocupados.

O segundo aspecto é a defasagem escolar, que sintetiza um conjunto de situações conflitantes no interior do sistema escolar, conduzindo finalmente à expulsão da criança. Observa-se em geral que, trabalhe ou não, seus níveis de inadequação série/idade são muito altos. Em São Paulo, por exemplo, entre as crianças que não trabalham o índice de inadequação se situa acima de 63,0%. De alguma forma, isto expressa não apenas os elevados níveis de pobreza de grandes contingentes da população, mas também os próprios problemas do sistema escolar em dar respostas eficazes face a esta situação generalizada.

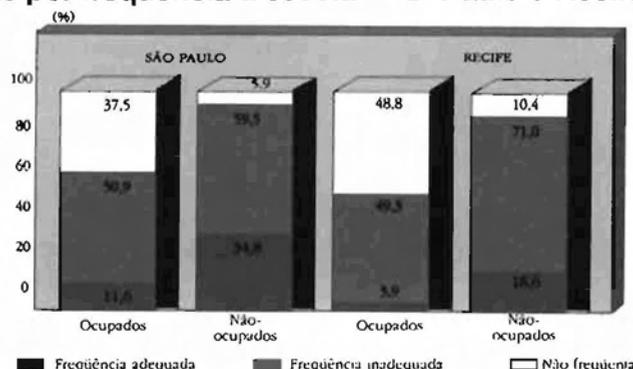
Mas, ao mesmo tempo, a situação do menino

trabalhador é ainda mais grave quando comparada à daqueles que não trabalham. Do total das crianças que freqüentam a escola e trabalham, mais de 84% estão, no mínimo, atrasadas em uma série para sua idade. Esse impacto negativo se confirma em qualquer contexto urbano, embora em Recife os números indiquem uma situação ainda mais extrema. Do total de ocupados, apenas 3,9% freqüentam a escola na série adequada, enquanto entre os não-ocupados esta situação ascende a 18,6% (Gráfico 13). Em São Paulo, ainda que as diferenças se mantenham, as percentagens são notavelmente superiores (11,6% e 34,8% respectivamente). Os dados levariam à constatação, por outro caminho, de que qualquer que fosse o contexto urbano, o trabalho estaria operando como um mecanismo conflitante com o sistema escolar, promovendo maiores defasagens e exclusão<sup>1</sup>.

Nos adolescentes verifica-se o mesmo padrão do comportamento, no que diz respeito às desigualdades entre os diferentes grupos. É possível observar, entretanto, que os níveis de não-freqüência à escola e a defasagem série/idade nos adolescentes trabalhadores são muito mais pronunciados do que nas crianças (Tabela 21). Isto reflete tanto o abandono definitivo da escola por amplos contingentes de jovens que acabaram o primeiro grau, como a defasagem acumulada no decorrer de todo este ciclo. Mesmo entre os que não trabalham se observa idêntico comportamento<sup>2</sup>.

Gráfico 13

Crianças de 10 a 14 anos ocupadas e não-ocupadas por freqüência à escola — S. Paulo e Recife — 1988

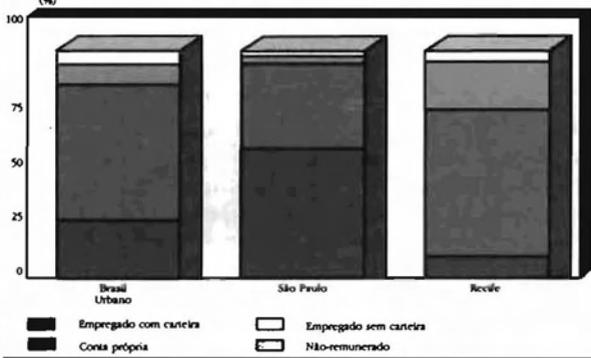


1. A constatação deste fato para o Brasil urbano não implica na rejeição de certas propostas metodológicas, socialmente válidas, para a vinculação efetiva entre o trabalho e a escola.

2. É preciso recordar que os não-ocupados incluem não só os que realizam exclusivamente afazeres domésticos — parcela relativamente importante desta faixa etária — como os "desempregados", que não foram excluídos desta agregação.

Gráfico 14

**Pessoas de 10 a 17 anos ocupadas,  
por posição na ocupação  
Brasil Urbano, S. Paulo e Recife — 1988**



as crianças são mais frequentes que os adolescentes<sup>21</sup>.

Coerentemente, em São Paulo há uma maior proporção de adultos do que de menores trabalhando por conta própria (14,6% e 2,6% respectivamente). Em compensação, a proporção de crianças e adolescentes trabalhando sem carteira assinada e sem remuneração (39,4%) é bem superior à dos adultos (18,7%), sendo que a inserção de ambos no mercado formal — com carteira assinada — é muito similar (62% e 57%).

Já para Recife, a proporção de trabalhadores por conta própria é bastante semelhante para adultos e menores (23,0% e 20,7%), bem como a de trabalhadores assalariados (73,0% e 74,0%). No entanto, a porcentagem de crianças e adolescentes com registro em carteira é muitíssimo inferior à de adultos (9,9% e 49,3%, respectivamente).

É, portanto, impossível definir uma imagem homogênea acerca das características do trabalho infanto-juvenil para o conjunto das áreas urbanas do Brasil. Pelo contrário, surge com clareza a existência de formas de inserção muito diferentes em cada mercado de trabalho urbano, sendo que em São Paulo a maioria desse trabalho se dá em relações formalizadas (relações empregatícias com carteira)<sup>22</sup>, enquanto em contextos como Recife, cerca de 90,0% ou mais encontra-se no setor informal (conta própria e assalariados sem carteira).

Finalmente, é importante destacar que a frequência relativa desses dois padrões varia em função dos ramos

21. A idéia de que a grande maioria das crianças trabalhadoras encontra-se no setor informal (entendido como trabalho por conta própria ou familiar) e não é registrada nas estatísticas oficiais, provém de dois fatos possíveis. O primeiro, de generalizar resultados de pesquisas sobre crianças que se encontram trabalhando na rua. Obviamente, este tipo de amostra tem um viés específico para o setor informal e, em consequência, superdimensiona-o. O segundo se refere ao conceito de "informal". Embora a princípio se concorde que as pesquisas populacionais clássicas subestimam o setor informal, também é certo que parte do mesmo — dependendo do conceito utilizado — está registrado nessas estatísticas.

22. É impossível notar que grande parte do trabalho "formal", como está sendo aqui definido, realiza-se em pequenas e médias empresas (Spindel, 1984). Segundo a abordagem conceitual exposta anteriormente no Tópico I, ele deveria ser considerado igualmente informal. Não obstante, neste item a medição continua sendo correta, na medida em que enfatiza as condições de trabalho do menor do ponto de vista do reconhecimento de sua condição de trabalhador e dos direitos que lhe são próprios.

de atividade. O primeiro, independente do contexto urbano, ocorre sobretudo na indústria de transformação; entretanto, cerca de metade das crianças e dos adolescentes urbanos ocupados na indústria de transformação trabalham por relações informalizadas, enquanto em Recife esta proporção dobra. O segundo é observado principalmente no ramo da prestação de serviços, sendo que, numa cidade como Recife, os conta própria se concentram nas atividades de comércio (Tabela 24).

## 5.2. A evolução durante a década

Comparando o perfil atual do trabalho da criança e adolescente no conjunto das áreas urbanas com o que existia no início da década, não se observam grandes diferenças. A distribuição da PEA infanto-juvenil segundo ramos de atividade (Tabela 23) e posição na ocupação (Tabela 22), no ano de 1988, não diferia muito de 1981, além de uma pequena tendência à queda nas atividades "não-remuneradas".

Não obstante, esta aparente semelhança oculta novamente algumas mudanças significativas ocorridas nas formas de inserção da criança e do adolescente no mercado de trabalho em diferentes contextos urbanos. Enquanto em São Paulo, verifica-se uma tendência à formalização, através da queda dos assalariados sem carteira e dos sem remuneração, em Recife a tendência é oposta: embora se mantenha a última categoria, existe um aumento expressivo do setor conta própria. Portanto, a aparente estabilidade do padrão formalidade/informalidade do trabalho infanto-juvenil em nível do país é o resultado de dois processos divergentes na estrutura heterogênea do mercado de trabalho: enquanto em algumas áreas se verifica um processo de formalização, em outras ocorre o inverso, especialmente pelo aumento expressivo do setor conta própria.

Através da análise do crescimento das diferentes posições na ocupação, é possível também confirmar essa conclusão. Conseqüentemente, São Paulo presenciou durante a década de 80 maior crescimento do setor formal (com carteira = 3,40%), enquanto o informal não cresceu no mesmo ritmo da ocupação (2,39%). Já em Recife, as crianças e adolescentes com carteira apresentaram crescimento negativo (-3,35%), enquanto os diferentes segmentos informais ou acompanharam a dinâmica ocupacional (sem carteira = 2,42%) ou alcançaram níveis bem superiores, como é o caso dos conta própria (14,13%) (Tabela 24).

Este resultado, entretanto, não reflete um comportamento linear durante o período. Pelo contrário, o trabalho infantil é afetado, da mesma forma que os demais segmentos, pelas oscilações que se verificaram na economia durante toda a década. Mais ainda, as evidências indicam que este segmento é mais sensível que os demais, tanto em relação às crises quanto aos períodos de recuperação.

O impacto das crises sobre a informalização do mercado de trabalho da criança e do adolescente adquire características distintas nos dois contextos urbanos

considerados. Em São Paulo, durante a primeira crise (1981/83), a informalização se caracterizou pela migração de contingentes de trabalhadores assalariados formais para informais, já que o crescimento destes últimos neste período superou largamente o incremento médio da ocupação (6,61%). Durante o segundo período de estagnação econômica (1986/88), a expulsão parece ter ocorrido principalmente no setor assalariado não formal (-11,81%), sendo que o formal decresceu bem menos que o conjunto das ocupações (-0,90%).

Em Recife, a mudança no nível de informalização durante a primeira crise significou a passagem do assalariado formal para o setor conta própria (17,0%), já que os sem carteira continuaram decrescendo, embora não tão intensamente quanto o formal. No segundo período, ao contrário, o maior incremento relativo ocorreu entre os conta própria (12,32%), ainda que os empregados com e sem carteira tenham crescido acima da média da ocupação, o que foi possível em função da queda do trabalho infantil não-remunerado.

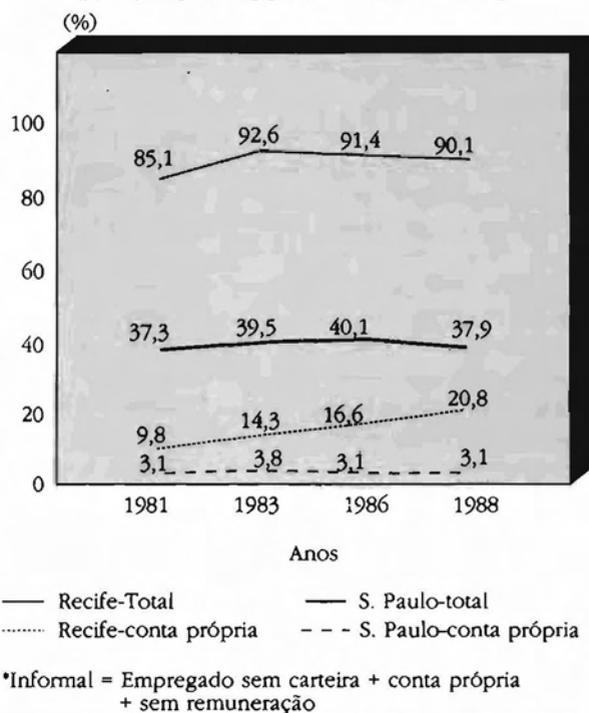
Uma imagem sintética do que ocorreu durante a década com a informalização do trabalho infanto-juvenil pode ser obtida através da evolução dos trabalhadores sem carteira e conta própria nesses anos (Gráfico 15). Em resumo, pode-se aceitar a hipótese de que em locais como São Paulo ocorreram processos de informalização procíclicos, afetando, principalmente, o trabalho assalariado formal, embora no final da década houvesse ocorrido uma tendência à retomada dos níveis iniciais de informalização. Já em contextos como Recife, os níveis de informalização foram aparentemente mantidos, sustentados principalmente pelo aumento do trabalho autônomo.

### 5.3. As ocupações

A distribuição da força de trabalho infanto-juvenil segundo o tipo de atividade desempenhada concretamente no mercado de trabalho varia também nos diferentes contextos urbanos. A comparação entre as ocupações de crianças e jovens nas regiões metropolitanas de São Paulo e Recife sugere a existência de dois padrões distintos. Dados da PME para 1989 indicam que as atividades mais freqüentes, tanto para as crianças quanto para os adolescentes, eram as de contínuos e auxiliares de escritórios, seguidas por aquelas vinculadas ao comércio (vendedores) e o trabalho doméstico. Em Recife, ao contrário, esta última ocupação era a mais freqüente, tanto para as crianças quanto para os adolescentes. Uma outra categoria ocupacional — “trabalhador braçal” — agregando tipos de ocupações menos qualificadas, aparecia como a segunda mais freqüente e, em terceiro lugar, as atividades de comércio por conta própria, enquanto as atividades de contínuos e auxiliares de escritório não tinham nenhuma expressividade. Conseqüentemente, o trabalhador infanto-juvenil de São Paulo ocupa com mais freqüência posições que exigem mais altos níveis de qualificação, ou simplesmente mais educação escolar, que os de Recife, onde as ocupações informais menos qualificadas predominam.

Gráfico 15

### Evolução do trabalho informal\* das pessoas de 10 a 17 anos S. Paulo e Recife — 1981-1988



Por outro lado, as pesquisas sobre meninos trabalhando na rua, as quais descrevem, portanto, com maior precisão, os tipos de atividade que crianças e adolescentes realizam nesse setor informal, têm sido convergentes no sentido de registrar como principais ocupações as de vendedores de rua, engraxates, vigias e lavadores de carro, e outras como carregadores de feiras e supermercados, catadores de papel e “ferro-velho” (ver Capítulo 5 desta publicação).

### 5.4. O custo do trabalhador infantil

A “construção social de uma hierarquia etária”, onde são legitimadas as relações desiguais entre adultos e crianças, se expressa na forma de discriminação salarial imposta às crianças e adolescentes. Isto ocorre porque, entre outros fatos, no nível das empresas é generalizada a idéia de que o trabalho infantil é complementar ao do adulto e, conseqüentemente, sua remuneração também. Uma segunda razão é a de encarar esse trabalho como sendo menos eficiente que o realizado pelos adultos.

Uma análise genérica demonstra que as remunerações do trabalho das crianças e adolescentes são sistematicamente inferiores às do adulto (Tabela 25). O va-

lor percebido pela faixa etária de 10 a 17 anos é três vezes inferior ao das pessoas de 10 anos e mais, sendo as crianças de 10 a 14 anos as mais discriminadas, percebendo em média apenas 20% do valor pago aos adultos. Enquanto para o Brasil urbano, em 1988, pouco mais de 15% das pessoas ocupadas de 10 anos e mais recebiam até um salário-mínimo, na faixa de 10 a 17 anos este percentual atingia cerca de 78%, sendo que na faixa de 10 a 14 anos ultrapassava os 90% (Tabela 26).

A heterogeneidade do mercado de trabalho brasileiro, expressa pelas disparidades inter-regionais no seu nível de desenvolvimento e na sua modernização, explica o subemprego e os baixos níveis de renda da força de trabalho (Jatobá, 1988). Na região metropolitana de São Paulo, em 1988, cerca de 7,7% das pessoas de 10 anos e mais percebiam até um salário-mínimo, enquanto em Recife esta proporção atingia quase 36%. Também aí as crianças e os adolescentes são mais penalizados<sup>23</sup>, recebendo 91% deles até um salário-mínimo, enquanto São Paulo registrava índices quase pela metade (43%).

As políticas econômicas implementadas e as condições do mercado de trabalho não foram capazes de reverter substancialmente a situação diferencial que crianças e adolescentes enfrentaram durante a década. O rendimento médio mensal total das pessoas de 10 anos e mais manteve-se estabilizado no período 81/88, o mesmo ocorrendo para a faixa de 10 a 17 anos<sup>24</sup>.

O crescimento na proporção de crianças e jovens que auferem os menores rendimentos (até um salário-mínimo), ao passo que uma parcela dos adultos tem migrado para níveis superiores de rendimento, é outro indicador da posição diferencial que estes grupos etários enfrentam no mercado de trabalho (Tabela 26).

Alguns estudos têm indicado também que à cor encontram-se associadas variáveis sócio-econômicas que determinam a forma de inserção dos indivíduos no processo produtivo, evidenciando situações de desigualdade entre os grupos sociais de cor branca e negra (Chaia, 1986).

Dados da PNAD para 1988 informam sobre as diferenças salariais observadas em função da cor das crianças e jovens. A discriminação salarial se manifestava de forma muito nítida em Recife, onde 20% das pessoas brancas de 10 a 17 anos recebiam até 1/4 do salário-mínimo, enquanto esta proporção ascendia a 45% quando o rendimento se referia aos menores de cor preta. Esta informação vem confirmar o que já tem sido apontado em alguns estudos, ou seja, à cor estão associadas questões como baixa escolaridade e menor qualificação, em função do maior nível de pobreza.

As remunerações obtidas em função do número de horas trabalhadas é outro importante indicador que ca-

racteriza a posição que crianças e adolescentes ocupam na disputa pelo mercado de trabalho. Para o trabalho infanto-juvenil, no conjunto do Brasil urbano, melhores remunerações só ocorrem com um aumento significativo no número de horas trabalhadas, ou seja, quando a jornada de trabalho passa de 40 horas por semana. Esta situação se dá com mais evidência justamente na faixa etária mais frágil — 10 a 14 anos. Para os adolescentes, por outro lado, há uma correlação mais estreita entre o aumento nas horas trabalhadas com o aumento dos rendimentos, expressando, desta forma, maior reconhecimento monetário pelo trabalho realizado.

As diferenças etárias nos perfis de remuneração dependem também das peculiaridades de cada mercado. Em São Paulo, as remunerações de adultos e crianças segundo cargas horárias não possuem diferenciais muito acentuados. Enquanto 65% das crianças e 32% dos jovens com 20 horas de trabalho recebiam até 1/2 salário-mínimo em 1989, somente 15% das pessoas de 25 a 39 anos tinham idêntica remuneração (Tabela 27). Em Recife, por outro lado, as desigualdades sofridas pelas crianças e pelos adolescentes são maiores, na medida em que é mais baixa a sensibilidade das remunerações ao acréscimo no número de horas trabalhadas.

Em áreas mais carentes, dobrar o número de horas trabalhadas para as crianças de 10 a 14 anos não as levará para níveis salariais muito superiores. Os pequenos trabalhadores, ao contrário dos adolescentes, possuem um patamar superior quase rígido em seus níveis de rendimento, que pouco se modifica, não apenas no decorrer do tempo, mas também em função de outras variáveis, tais como o aumento de trabalho. Portanto, ser trabalhador menor em regiões pobres é ser duplamente discriminado.

Outra questão que se coloca é saber se, de fato, e até que ponto a educação formal se reflete sobre o aumento dos rendimentos do trabalho infanto-juvenil. Uma longa tradição de pesquisas em países desenvolvidos tem sido convergente na idéia de que a escolaridade — os anos de estudo — tem um efeito muito forte sobre o *status* ocupacional e a renda<sup>25</sup>. Menos evidente e convergente resultaram no Brasil os esforços para esclarecer qual a proporção dos aumentos relativos da renda que se devem à habilidade e competência cognitiva adquiridas durante a escolarização, e qual ao reconhecimento social dos valores adquiridos na escola e, especialmente, nas famílias de origem.

Esta última questão se relaciona também à constatação de que, mesmo em países desenvolvidos, o mercado de trabalho está formado por segmentos ocupacionais aos quais têm acesso mais freqüentemente populações com determinadas características, sendo a escolarização um dos principais mecanismos de seleção. Alguns destes segmentos ocupacionais seriam discriminados e, em conseqüência, variações nos níveis de escolarização de seus componentes não se refletiriam em diferenças significativas de rendimento.

Este parece ser o caso das crianças trabalhadoras nas áreas urbanas. Em São Paulo, possuir o primeiro grau parece não influir muito na melhoria de seu rendimento. A mesma situação ocorre de forma mais intensa em Recife, onde 76,1% das crianças que nunca freqüenta-

23. Algumas pesquisas realizadas com crianças trabalhando na rua no setor informal [Pires (1988), Myers (1989)] encontraram seus rendimentos muito elevados, às vezes maiores que os do setor mais formalizado. Poder-se-ia sugerir que o nível de rendimento do setor informal estaria subestimado nas PNADs, na medida em que nelas o mesmo se encontra subenumerado. Mas, por outro lado, não é aceitável pensar que níveis superiores de rendimento não sejam reportados pelas próprias famílias nessa pesquisa domiciliar.

24. Estudos recentes, no entanto, utilizando diferentes deflatores, mostram que no decorrer da década os rendimentos médios apresentaram algumas oscilações, com tendência de queda, acompanhada de maior concentração na renda, até o final da década (Hoffmann, 1990).

25. Para uma revisão das principais pesquisas sobre este tema nos Estados Unidos, ver Carnoy & Levin (1987).

ram a escola recebem até 1/2 salário-mínimo, enquanto permanecem no elevado patamar de 70,5% daquelas que possuem o primeiro grau, com o mesmo rendimento (Tabela 28). Desta forma, a criança faz parte de um segmento ocupacional onde os níveis de rendimento parecem estar sujeitos a uma "homogeneização" advinda da desvalorização extra-econômica do trabalho infantil.

Para os jovens, o efeito da instrução sobre os rendimentos é um pouco mais nítido, sobretudo em São Paulo, onde é mais evidente a migração para faixas salariais superiores à medida que aumenta o grau de instrução. O mesmo já não ocorre em Recife, onde os efeitos de maiores graus de instrução sobre os níveis salariais têm limites.

Em resumo, nas áreas urbanas em geral, os diferenciais salariais entre os diversos níveis educacionais começam a se tornar relevantes a partir de uma determinada idade — em torno dos 13 anos — no caso da força de trabalho infanto-juvenil (Gráfico 16).

## 5.5. O nível educacional da PEA

Durante a década de 80 houve uma mudança significativa no perfil educacional da PEA infanto-juvenil. Em termos gerais, constatou-se um aumento do nível educacional, tanto para as crianças quanto para os adolescentes, não só no conjunto das áreas urbanas, mas também nos diferentes contextos metropolitanos. A percentagem de crianças que trabalham e que possuem menos de um ano de estudo (analfabetas) passou de 19,6% para 12,2% nas áreas urbanas do Brasil, sendo esta tendência seguida nas áreas metropolitanas, sobretudo em Recife: 32,9% e 13,9%, respectivamente (Tabela 29). Compensando esses descêndimos, houve um aumento expressivo entre as crianças com níveis educacionais bem próximos (Recife: 1 a 2 anos) ou muito mais altos (São Paulo: 4 a 7 anos).

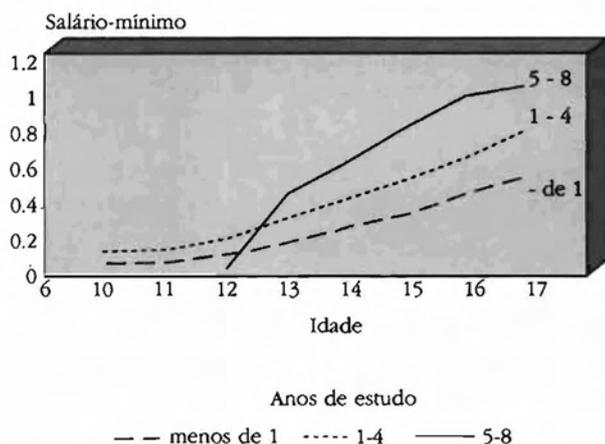
Esta melhoria no perfil educacional reflete mais o efeito da expansão do sistema educacional, sobretudo no primeiro período da idade escolar, do que uma mudança ascendente na composição social da PEA. Mas como já foi observado anteriormente, dados sobre a origem social das crianças que estudam parecem indicar um aumento de participação dos setores mais pobres no sistema escolar.

Adicionalmente, o comportamento das taxas de atividade segundo o nível educacional indica que, simultaneamente, o mercado aumentou seus padrões de seletividade. Verifica-se uma tendência de queda nas taxas de atividade das crianças com os mais baixos níveis educacionais (analfabetismo) sendo, em geral, acompanhada pelo aumento nas taxas de atividade das crianças que têm de 1 a 3 anos de estudo.

A mesma tendência observada para as crianças ocorre para os adolescentes. O nível educacional que indica maior crescimento durante a década é o de 5 a 7 anos de estudo, passando de 34,2% para 39,8% nas áreas urbanas, com maior expressão em cidades como São Paulo (de 41,5% para 52,1%). Não obstante, é interessante observar que não houve aumentos importantes na participação de adolescentes que já haviam completado o ciclo da educação básica, especialmente em cidades como Recife, onde as percentagens do

Gráfico 16

Salário médio mensal (em SM)  
das pessoas de 10 a 17 anos,  
por anos de estudo  
Brasil Urbano — 1988



início da década se mantiveram até o seu final. Por outro lado, isto também reflete o caráter incompleto da expansão do sistema educacional, que não consegue reter e, portanto, completar a educação de amplos contingentes de crianças pertencentes às famílias mais carentes, levando-as ao mercado de trabalho sem haver concluído o ciclo escolar básico.

A expansão educacional ocorrida não conseguiu superar as carências educacionais básicas da PEA infanto-juvenil, nem alterar o quadro de desigualdades existente entre os diferentes contextos urbanos. Até o final da década, mais da metade da PEA infantil das áreas urbanas não havia completado 3 anos de estudo, nível esperado para essa faixa etária, enquanto pouco mais de 18,0% dos adolescentes tinham completado o primeiro grau. Em outras palavras, uma fatia muito pequena de jovens está ingressando no mercado de trabalho com a educação básica completa.

Em Recife, essa situação é ainda mais extrema, na medida em que mais de 70,0% das crianças trabalhadoras não haviam completado a 4ª série básica. Essa posição relativamente desfavorável também se mantém entre os adolescentes, sendo importante observar que, mesmo em cidades como São Paulo, a PEA juvenil com o primeiro grau completo é pouco freqüente e não diverge muito da média nacional.

Observam-se, também, algumas diferenças entre o perfil educacional dos adolescentes segundo sua posição na ocupação. Dados da PME para 1989 mostram que, em São Paulo, adolescentes que trabalhavam como assalariados com o segundo grau completo, formavam uma proporção um pouco maior (14,0%) do que os conta própria (8,2%), embora o nível de analfabetismo fosse muito similar em ambas as posições (Tabela 30). Já em Recife, o setor conta própria tinha não apenas menor número de pessoas com o primeiro grau, mas também uma taxa de analfabetismo muito mais expressiva. É importante observar que nesse tipo

de contexto urbano, mesmo em relações empregatícias, existia um contingente importante de analfabetos.

As tendências nas mudanças educacionais são similares em ambos os setores, verificando-se maior seletividade de mão-de-obra tanto no setor formal quanto no informal. Essas informações, especialmente para Recife, confirmam a idéia de que a expansão educacional não se explica apenas pelas mudanças na demanda por qualificação do trabalho — requerimentos tecnológicos do mercado —, mas também pelo uso da credencial educativa como mecanismo de seletividade social que, de alguma forma, acompanha as mudanças ocorridas nas relações entre o sistema educacional e a estrutura social.



# Referências Bibliográficas

- ARIAS, A. & THEODORO, M. (1989). Cenários de emprego e renda no Brasil até o ano 2000. In: *Prioridades e Perspectivas de Políticas Públicas*, 3. Brasília, DF: IPEA.
- BONELLI, R. & SEDLACEK, G. (1989). Distribuição de renda: evolução no último quarto de século. In: SEDLACEK, G. & BARROS, R. P. *Mercado de trabalho e distribuição de renda: uma coletânea*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES.
- BOYDEN, J. (1989). Working children in Lima, Peru. In: E. Willian MYERS (ed.). *Protecting working children*. Staff Working Paper. New York: UNICEF.
- CARNOY, M. & LEVIN H. (1987). *Escola e trabalho no Estado capitalista*. São Paulo: Cortez.
- CEPAL (1988). *El impacto de la crisis en estratos populares de los sectores formal e informal: implicancias para la medición y el análisis del subempleo*, Documento LC/R. 637 da Divisão de Desenvolvimento Social da Comissão Econômica para América Latina e Caribe. Santiago do Chile.
- CHAIA, M. (1986). Discriminação racial. In: *São Paulo em Perspectiva*, 2 (2-3): 7-14. São Paulo: SEADE.
- DENSLOW JR., D. & TYLER, W. (1983). Perspectivas sobre pobreza e desigualdade de renda no Brasil. In: *Pesq. Plan. Econ.*, 13 (3): 863-904. Rio de Janeiro.
- ELSON, D. (1982). The differentiation of children's labour in the capitalist labour market. In: *Development and change*. Londres e Beverly Hills: SAGE.
- FARAHT, L. (1986). Menor Trabalhador. In: *São Paulo em perspectiva*, 2 (1): 1-80. São Paulo: SEADE.
- FERREIRA, B. G. (1983). *Um mundo "menor" no maior: um estudo do trabalho do menor na indústria de Fortaleza*. Fortaleza: s/ ed.
- FIBGE (1989). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio — Tabulação especial do Sistema de Informações sobre Crianças e Adolescentes - SINCA*. Rio de Janeiro: IBGE.
- FIBGE (1990). *Crianças e adolescentes - Indicadores sociais*, 2. Rio de Janeiro: IBGE.
- FIBGE (1990). *Síntese de indicadores da pesquisa básica da PNAD de 1981 a 1989*. Rio de Janeiro: IBGE.
- FIBGE/UNICEF (1988). *Perfil estatístico de crianças e mães no Brasil — Sistema de acompanhamento da situação sócio-econômica de crianças e adolescentes, 1981-1983*. Rio de Janeiro: IBGE.
- FYFE, A. (1989). *Child Labour*. Cambridge, EUA: Polity Press.
- HOFFMANN, R. (1984). *A pobreza no Brasil: análise dos dados dos Censos Demográficos de 1970 e 1980*. São Paulo (mimeo.).
- . (1990). *Desigualdade e pobreza no Brasil, 1979/88*. São Paulo (mimeo.).
- IPLANCE (1980). O trabalho do menor no setor informal — Fortaleza. In: *Relatório de Pesquisa*, 1. Fortaleza.
- LOPES, J. & GOTTSCHALK, A. (1990). Recessão, pobreza e família — a década pior do que perdida. In: *São Paulo em Perspectiva*, 4(1): 100-109, jan./mar 90. São Paulo: SEADE.
- MELO, M. S. (1986). *AMPE: Aprendizagem Metódica no Próprio Emprego. Uma estratégia de preparação profissional para o menor*. São Paulo: SENAI - Divisão de pesquisas, estudos e avaliação.
- MYERS, W. (1980). Urban working children. A comparison of four surveys from South America. In: *International Labour Review*, 128 (3) Genebra: OIT.
- MONTALI, L. (1990). Arranjos familiares: o esforço coletivo para viver na Grande São Paulo. In: *Cadernos de Pesquisa São Paulo*, (72): 58-69. São Paulo.
- PAES DE BARROS, R. & MENDONÇA, R. (1989). *Família e distribuição de renda: o impacto da participação das esposas no mercado de trabalho*. Texto para Discussão Interna nº. 164. Rio de Janeiro: IPEA/INPES.
- PFEFFERMANN, G. & WEBB, R. (1983). Pobreza e distribuição de renda no Brasil: 1960-1980. In: *Revista Brasileira de Economia*, 37 (2): 147-175. Rio de Janeiro.

- PIRES, J. M. (1988). *Trabalho infantil, a necessidade e a persistência*. São Paulo: USP/FEA (Dissertação de Mestrado).
- PREALC/OIT (1986). *La Evolución del empleo formal e informal en el sector servicios latinoamericanos*. Documento nº PRE-ALC/279, da Organização Internacional do Trabalho, Santiago do Chile.
- RIBEIRO, R. (1988). A PNAD como instrumento de trabalho para o estudo da situação do menor no Brasil. In: Diana O. SAWYER. *PNAD em Foco — Anos 80*. Rio de Janeiro: ABEP.
- ROCHA, S. (1990). A Pobreza no Brasil nos Anos 80. In: *Revista Occidental*, 7, (3). México.
- SCOTT, A. (1982). Changes in the structure of child labour under conditions of dualistic economic growth. In: *Development and change*, 13: 537-550. Londres e Beverly Hills: SAGE
- RODGERS, G. & STANDING, G. (1991). Función económica de los niños en países de bajos ingresos. In: *Revista internacional del Trabajo*, 100 (2). Genebra: OIT.
- SEDLACEK, G. & PAES DE BARROS, R., eds. (1989). *Mercado de trabalho e distribuição de renda: uma coletânea*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES.
- SPINDEL, C. (1984). *O menor migrante assalariado registrado: trabalho, escola e família*. São Paulo: IDESP.
- . (1985). *O menor trabalhador: um assalariado registrado*. São Paulo: Nobel/Ministério do Trabalho.
- . C. (1988). *Crianças e adolescentes no mercado de trabalho família, escola e empresa*. São Paulo: Brasiliense.
- TOKMAN, V. (1987). El sector informal: quince años después. In: *El Trimestre Económico* 3(215), jul.-set. Santiago do Chile: PREALC/OIT.